



RELATÓRIO E CONTAS 2018

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
B. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	8
4. Ação Social	11
5. Iniciativas culturais	13
6. Finanças	14
7. Principais indicadores	23
8. Agradecimentos	23
9. Aplicação de resultados	23
10. Propostas	24
C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2018	26
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018	27
Demonstração de resultados das modalidades	28
Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	30
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018	31
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018	32
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018	33
D. ANEXO	34
E. PARECER DO CONSELHO FISCAL	46
1. Parecer	47

A.

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eugénio Alves
1.º Secretário: Eunice Lourenço
2.º Secretário: Manuel Carlos Freire
Suplentes: Helder Robalo
Cláudia Monteiro
Francisca Leal

Conselho de Administração

Presidente: J. Goulart Machado
Vice-presidente: Paulo Silva
Vogal: Carlos Lobato
Vogal: José Fragoso
Vogal: Luísa Melo
Suplentes: Elsa Alves
Ana Paula Ferreira
Margarida Gomes
Luísa Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente: Helena Garrido
Secretário: Sérgio Aníbal
Relator: Luísa Bessa Coelho
Suplentes: Hélder Carvalho Martins
Sónia Santos Pereira
Luís Reis Pinto

Conselho Geral

Membros eleitos:
José António Santos
José Luiz Fernandes
Lurdes Ferreira
Noélia Oliveira
António Borge
Jaime Marques de Almeida
Ribeiro Cardoso
Lucinda Moraes
Nuno Ribeiro
José Carlos Fialho
Cesário Borge
Otília Leitão

2. ÂMBITO

A CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, CASA DA IMPRENSA, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A CASA DA IMPRENSA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A CASA DA IMPRENSA subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 44, à inscrição n.º 16/81, a fls. 33 e 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 45 à inscrição n.º 16/81, a fls. 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2018.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (Secção 1, nesta página), o Relatório apresenta, de modo detalhado, fático e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados (secções 2 a 8, pág. 5 e seguintes).

As demonstrações financeiras (Secção C, pág. 25 e seguintes) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo

(SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo a 2012, garantindo assim a comparação, em todos os aspetos significativos, com os valores dos exercícios anteriores. Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2018 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, aprovados pela Assembleia Geral.

No Anexo ao Relatório de Gestão (Secção D, pág. 34 e seguintes) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O relatório é distribuído com o Parecer do Conselho Fiscal, emitido nos termos estatutários (Secção F, págs. 47).

1. PERSPETIVA

O presente Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras que o acompanham contêm abundante informação sobre a atividade da CASA DA IMPRENSA em 2018, exposta de forma objetiva e sempre que possível quantificada. Nos principais indicadores da atividade, abre-se uma panorâmica sobre a evolução registada nos últimos dez anos. Cada ano é um ano, mas é necessário ter em conta o caminho percorrido para melhor perspetivar o futuro.

É um facto que a atividade da CASA DA IMPRENSA cresceu em 2018 no que respeita ao seu objetivo principal, a prestação de serviços de saúde. Atingimos níveis de utilização dos serviços como nunca tínhamos atingido desde a extinção do Subsistema de Saúde dos Jornalistas.

É um facto também que o acesso a uma rede nacional de prestadores de cuidados de saúde não secundarizou a utilização dos serviços próprios da associação. O número total de consultas aumentou consideravelmente, mas não foi em prejuízo das consultas realizadas no posto clínico.

O aumento (e a diversificação) da oferta de serviços não descaracteriza a associação, pelo contrário. E torna-a mais útil e atrativa. O ritmo de adesões tem vindo a crescer a par com a melhoria dos benefícios.

E a média de idades dos novos associados tem vindo a baixar.

O rumo seguido é sustentável. As contas de todas as modalidades mutualistas estão equilibradas.

A ação social intensificou-se também e hoje tem mais respostas para as adversidades da vida.

O Fundo de Ação Social (FAS), que suporta toda a ação social da CASA DA IMPRENSA, robusteceu-se consideravelmente nos últimos dez anos, mas apresentou um resultado negativo em 2018. Dependente exclusivamente do rendimento financeiro, o fundo enfrenta desafios importantes para os quais o Conselho de Administração tem vindo a chamar a atenção.

Não se pode desvalorizar o resultado de um ano, e certamente o Conselho de Administração não o faz, mas também não se pode deixar de ter em conta que se trata de um fundo perpétuo, que cada geração tem a obrigação de entregar à geração seguinte.

Ao longo dos últimos anos a política de investimentos teve isto em conta, procurando rentabilidade e acautelando o risco. Sem ceder a tentações.

Este vai continuar a ser um dos grandes desafios dos próximos anos.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2018 a CASA DA IMPRENSA tinha 2.263 associados, mais 51 (+2.3%) que no final de 2017. Ao longo do ano foram admitidos 120 candidatos (103 em 2017), faleceram 14 associados (15 em 2017) e 44 cancelaram a inscrição (32 em 2017).

Outros 11 foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas (15 em 2017).

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas em 2018, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2017	Movimento entre as datas					31/12/2018
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
Associados efectivos	1 122	28	12	3	12	1	1 124
Associados participantes	1 090	92	2	8	32	-1	1 139
Famil. Assoc. Efectivos:	804	60	2	5	8	-22	827
Cônjuges	304	16	2	1	3	-3	311
Cônjuges Sobrevivos	45	0	0	0	0	3	48
Ascendentes	3	0	0	0	0	0	3
Filhos	441	44	0	4	5	-22	454
Pensionistas do FASC	11	0	0	0	0	0	11
Associados Participantes	221	23	0	2	10	23	255
Famil. Assoc. Particip.:							
Cônjuges	25	7	0	0	6	-1	25
Ascendentes	9	0	0	0	0	0	9
Filhos	31	2	0	1	8	-1	23
Total	2 212	120	14	11	44	0	2 263

Do total de associados em 31 de dezembro de 2018, 1.124 (49,7%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1.139 (50,3%) eram participantes.

Destes, 827 (36,5% do total de associados) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 86,2% do total de associados (87,1% em 2017).

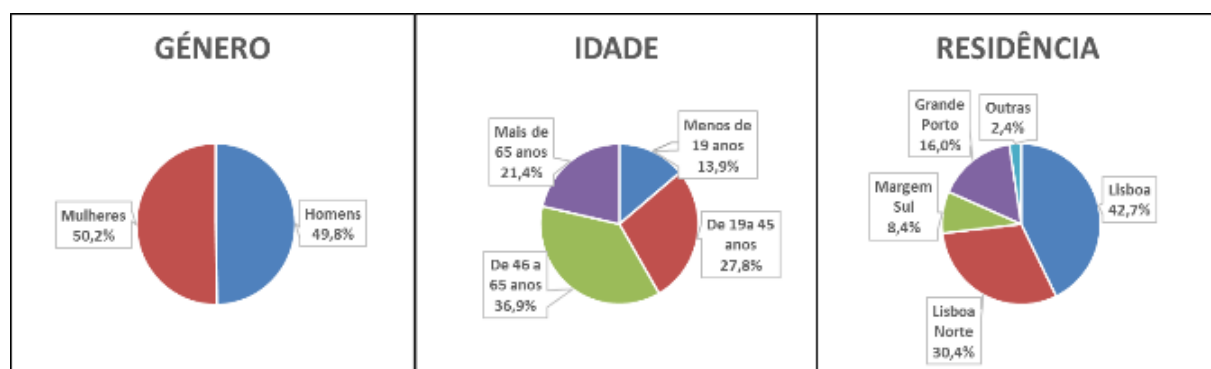
Na distribuição por género, regista-se o facto de pela primeira vez o número de associadas ultrapassar o de associados: 1.137 (50,2%) contra 1.126 (49,8%). No ano anterior eram 1.108 do sexo masculino (50,1%) e 1.104 do sexo feminino (49,9%).

Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1.464 associados, ou 64,7% do total) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de

19 anos estavam inscritos 314 associados (13,9% do total), sendo 485 os *seniores* com mais de 65 anos (21,4%).

A média de idades, no conjunto dos associados, era de 47,6 anos (47,3 anos em 2017). Nas 120 novas inscrições registadas em 2018 a média de idades foi de 32,4 anos (35,9 anos em 2017).

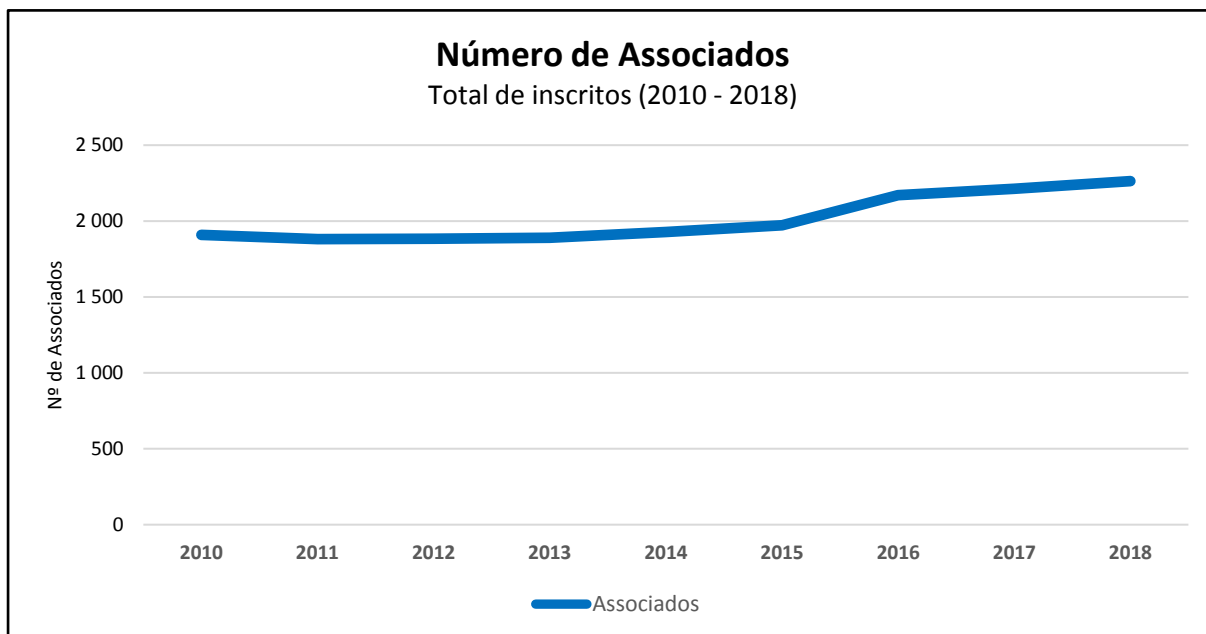
Mais de 80 % dos associados (81,6%) residem na área metropolitana de Lisboa. No concelho de Lisboa moram 967 associados (42,7% do total), nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 689 (30,4%) e na Margem Sul, 190 (8,4%). Na região do Grande Porto residem 363 associados (16,0% do total). Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência.



A evolução do número total de associados em 2018 segue a tendência dos últimos anos, desde a alteração dos estatutos de 2009, quando o perímetro de inscrição foi alargado, podendo ser admitidos, já não apenas os jornalistas, como até então, mas também os seus

familiares, os restantes trabalhadores do sector da comunicação social, os profissionais da comunicação e dos audiovisuais, os autores de obras científicas, literárias e artísticas e os seus familiares.

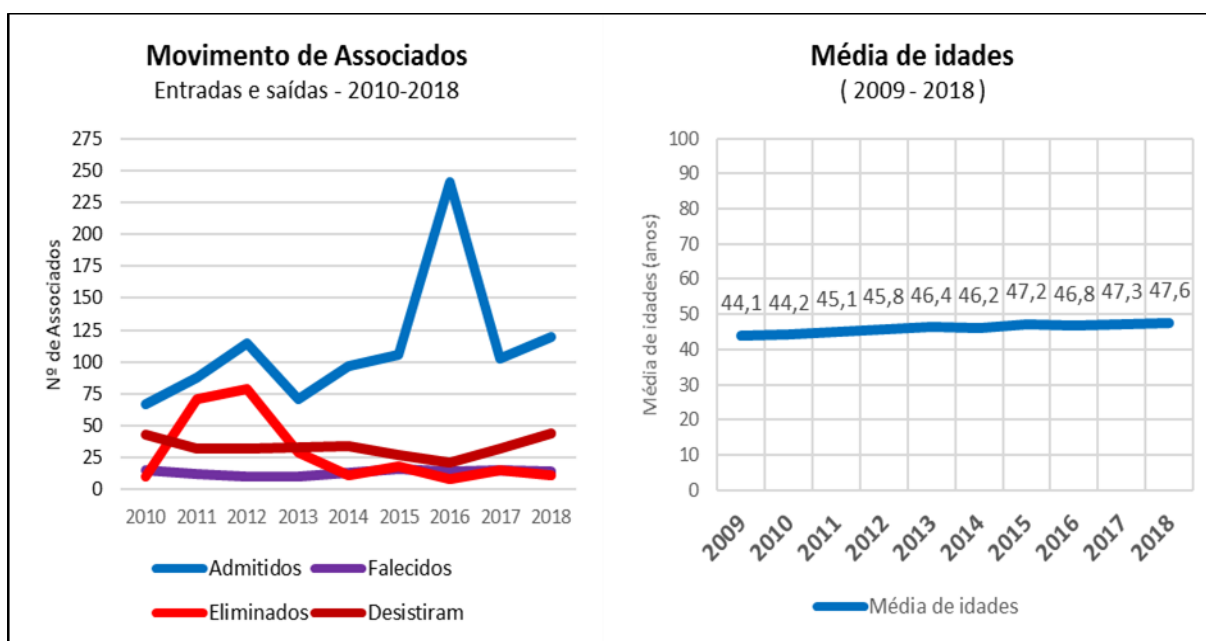
O gráfico seguinte regista essa tendência:



Os gráficos seguintes particularizam os movimentos de entradas e saídas registados nos últimos dez anos e a evolução da média de idades de todos os associados. O primeiro evidencia os picos de adesões que se seguiram às alterações estatutárias e à melhoria de benefícios que entraram em vigor em julho de 2012 e outubro de 2015. O segundo, mostra que desde 2009 a média de idades aumentou de 44,2 para 47,6 anos.

Abstraindo possíveis efeitos de fatores demográficos

gerais, como o aumento da esperança de vida, tal evolução foi condicionada por dois fatores internos e de efeitos contrários: a eliminação de um limite mínimo de idade para a admissão, em 2009, que permite a adesão de recém-nascidos, e o aumento do limite máximo, de 45 para 65 anos, em 2012. Em dois períodos extraordinários subsequentes às revisões estatutárias de 2012 e 2015 (durante seis meses, em ambos os casos), não houve limite de idade para a admissão.



Subscritores das modalidades mutualistas

O quadro junto apresenta o número de subscrições ativas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 na Solidariedade Associativa e nas modalidades mutualistas.

Em 31 de dezembro de 2018 todos os associados beneficiavam da Solidariedade Associativa (SA) e tinham ativa a subscrição da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1.363 subscritores no último dia do ano, mais 70 subscrições (+5,4%) que no ano anterior, abrangendo agora 60,2 % do total de associados (58,5% em 2017).

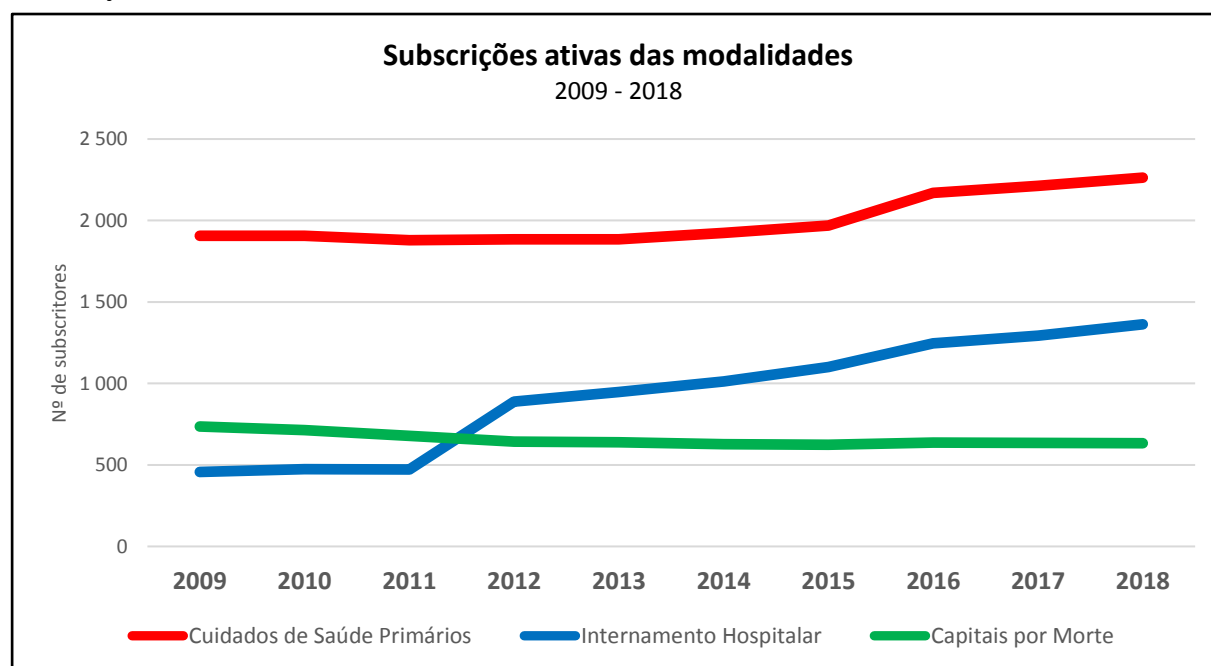
A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 633 subscrições ativas em dezembro de 2018, menos 2 (-0,3%) que no ano anterior.

As inscrições realizadas durante o mês de dezembro

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	31/12/2018	31/12/2017	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	2 263	2 212	51	2,3%
Cuidados de Saúde Primários	2 263	2 212	51	2,3%
Internamento Hospitalar	1 363	1 293	70	5,4%
Capitais por Morte	633	635	-2	-0,3%

de 2018 garantiam o aumento do número de inscrições ativas em 1 de janeiro de 2019 para 2.282 associados na Solidariedade Associativa e nos Cuidados de Saúde Primários e 1.391 na modalidade de Internamento Hospitalar. De acordo com os Estatutos e o Regulamento de Benefícios as inscrições de novos associados e a subscrição de modalidades só se tornam efetivas no primeiro dia do mês seguinte à admissão. O gráfico seguinte mostra a evolução do número de subscrições das modalidades desde 2009, quando foram criadas as atuais modalidades mutualistas.



Associados falecidos

Durante o ano faleceram 14 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2018			
Nome	Nº de Assoc.	Categoria de Associado	Data do falecimento
Carlos Alberto de Veiga Pereira	16	Efectivo	29/12/2018
Nuno Octávio Jacobetty Vieira	26	Efectivo	12/12/2018
Herculano Reis Carreira	42	Efectivo	01/01/2018
João Pedro Martins	214	Efectivo	13/03/2018
José David Lopes	216	Efectivo	28/07/2018
Altino Martins Costa	266	Efectivo	15/07/2018
Afonso Joaquim Fernandes Cautela	555	Efectivo	29/06/2018
Rui Osório Castro Alves	900	Efectivo	31/05/2018
António Bertolino Rodrigues Carvalho	972	Efectivo	14/12/2018
Maria Manuela Almeida Ferreira	1066	Efectivo	25/06/2018
José Manuel de Almeida Pinto	1536	Efectivo	02/07/2018
Mary Christina Lydon Fonseca	5048	Familiar Cônjuge	14/04/2018
Margarida Fernandes Pêsego Luis de Castro	5063	Familiar Cônjuge	30/04/2018
Maria Teresa Monteiro dos Santos Nogueira Moutinho	6522	Efectivo	11/02/2018

3. SAÚDE

As modalidades de saúde da CASA DA IMPRENSA proporcionaram aos associados seus subscritores, em 2018, o acesso a mais de 6.500 consultas, exames e trata-

mentos, metade dos quais no posto clínico da associação. A modalidade de Internamento Hospitalar suportou 49 hospitalizações, três das quais para partos.

Cuidados de Saúde Primários

Em 2018 pelo menos 1.019 associados subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários tiveram pelo menos uma consulta no posto clínico da CASA DA IMPRENSA (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para tratamentos ou *consultas externas* (ao abrigo de *convénios* diretos com a associação).

Também pelo menos 705 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência e para exames e tratamentos em regime ambulatorio na Rede Advancecare.

No total, por estas vias de acesso (posto clínico, *convénios* e Rede Advancecare) foram realizadas pelo menos 6.531 consultas, exames ou tratamentos em regime ambulatorio, mais 507 (+8,4%) que no ano anterior.

Por não serem subsidiadas nem darem direito a participações ou reembolsos, mas apenas a preços mais favoráveis que os cobrados a pacientes particulares, não há registo estatístico de consultas, tratamentos ou outros cuidados de saúde prestados ao abrigo de *protocolos* ou *acordos*. Incluem-se neste grupo as consultas realizadas nas clínicas das associações mutualistas que integram a APM – Redemut e, de modo geral, todas as situações em que, para acesso aos serviços ou para beneficiar de desconto, é suficiente a apresentação do cartão de associado da CASA DA IMPRENSA. O quadro seguinte mostra o número de associados que tiveram pelo menos uma consulta no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

	Associados				Consultas e tratamentos			
	2018	2017	Difª		2018	2017	Difª	
			Nº	%			Nº	%
Posto clínico	1 019	1 004	15	1,5%	3 214	3 221	-7	-0,2%
Convénios					684	698	-14	-2,0%
Cartão de saúde	705	629	76	12,1%	2 633	2 105	528	25,1%
Total					6 531	6 024	507	8,4%

Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA (Sede em Lisboa e Delegação do Porto) realizaram-se durante o ano 3.180 consultas, mais cinco (ou +0,2%) que as realizadas em 2017.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) é a especialidade mais procurada, com um total (em Lisboa e no

Porto) de 2.029 consultas, mais 128 (+6,7%) do que as realizadas no ano anterior.

Nas restantes especialidades (médicas e não médicas), realizaram-se 1.151 consultas, menos 123 (-9,7%) do que no ano anterior. Esta redução da procura contraria a tendência que vinha dos anos anteriores

Nos dois anos anteriores, na sequência da revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, que baixou em 40% o preço das consultas de especialidade (de 25 para 15 euros por consulta) e quando se iniciaram novas especialidades na sede, o número destas consultas tinha aumentado 23,6 %.

A Oftalmologia é agora a especialidade mais procurada, seguindo-se a Psicologia e a Dermatologia.

Para a redução do número de consultas de especialidades médicas contribuiu o facto de ter deixado de haver consultas de Psiquiatria, cuja procura vinha baixando continuamente ao longo dos últimos anos.

Nas especialidades habitualmente mais procuradas, a maior quebra foi na Urologia (-26,2%).

O quadro junto mostra o número de consultas no posto clínico (Lisboa e Porto), por especialidades:

CONSULTAS INTERNAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

CONSULTAS E CREDENCIAIS	Lisboa				Porto				TOTAL			
	2018	2017	Difª		2018	2017	Difª		2018	2017	Difª	
			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
Total	2 858	2 873	-15	-0,5%	322	302	20	6,6%	3 180	3 175	5	0,2%
Medicina Geral e Familiar	1 740	1 638	102	6,2%	289	263	26	9,9%	2 029	1 901	128	6,7%
Consultas	1 740	1 638	102	6,2%	289	263	26	9,9%	2 029	1 901	128	6,7%
Outras Especialidades	1 118	1 235	-117	-9,5%	33	39	-6	-15,4%	1 151	1 274	-123	-9,7%
Cirurgia Geral	14	9	5	55,6%	0	0	0		14	9	5	55,6%
Dermatologia	163	172	-9	-5,2%	7	7	0	0,0%	170	179	-9	-5,0%
Ginecologia	101	90	11	12,2%	6	5	1	20,0%	107	95	12	12,6%
Medicina Interna	7	19	-12	-63,2%	0	0	0		7	19	-12	-63,2%
Oftalmologia	224	206	18	8,7%	11	10	1	10,0%	235	216	19	8,8%
Ortopedia	47	59	-12	-20,3%	3	0	3		50	59	-9	-15,3%
Otorrinolaringologia	143	119	24	20,2%	2	3	-1	-33,3%	145	122	23	18,9%
Nutrição	100	103	-3	-2,9%	0	0	0		100	103	-3	-2,9%
Pediatria	27	34	-7	-20,6%	1	0	1		28	34	-6	-17,6%
Psicologia	202	223	-21	-9,4%	0	11	-11	-100,0%	202	234	-32	-13,7%
Psiquiatria	0	77	-77	-100,0%	0	1	-1	-100,0%	0	78	-78	-100,0%
Urologia	90	124	-34	-27,4%	3	2	1	50,0%	93	126	-33	-26,2%

Cirurgia de ambulatório

Em 2018 foram feitas 34 pequenas cirurgias em Lisboa e no Porto, menos 12 que no ano anterior. A maioria (25) fez-se no âmbito da consulta da especialidade de

Dermatologia.

O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas.

PEQUENAS CIRURGIAS POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				TOTAL			
	2018	2017	Difª		2018	2017	Difª		2018	2017	Difª	
			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
TOTAL	33	44	-11	-25,0%	1	2	-1		34	46	-12	-26,1%
Dermatologia	24	31	-7	-22,6%	1	1	0		25	32	-7	-21,9%
Outras	9	13	-4	-30,8%	0	1	-1		9	14	-5	-35,7%

Consultas externas

Em regime ambulatório, além do posto clínico os Associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a CASA DA IMPRENSA tem *convénios*, *acordos* ou *protocolos de cooperação*. Durante o ano foram emitidas 684 credenciais para *consultas externas*, exames e tratamentos ao abrigo de *convénios*, ou seja, para a prestação de cuidados de saúde subsidiados pela associação ou tratamentos com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a CASA DA IMPRENSA.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 14 consultas (-2,0%).

A especialidade mais procurada continua a ser a Estomatologia, com 47,5% do total de credenciais emitidas a nível nacional. No Porto, o peso desta especialidade é maior, atingindo 61,6% do total de credenciais emitidas pela Delegação (37,0% na sede em Lisboa).

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto ao abrigo de *convénios*, por especialidade:

CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				TOTAL			
	2018	2017	Difª		2018	2017	Difª		2018	2017	Difª	
			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
TOTAL	392	380	12	3,2%	292	318	-26	-8,2%	684	698	-14	-2,0%
Alergologia	6	11	-5	-45,5%	6	3	3	100,0%	12	14	-2	-14,3%
Cardiologia	75	63	12	19,0%	8	13	-5	-38,5%	83	76	7	9,2%
Diabetes	5	7	-2	-28,6%			0		5	7	-2	-28,6%
Estomatologia	145	118	27	22,9%	180	189	-9	-4,8%	325	307	18	5,9%
Fisiatria	16	20	-4	-20,0%	2	9	-7	-77,8%	18	29	-11	-37,9%
Gastroenterologia	22	32	-10	-31,3%			0		22	32	-10	-31,3%
Ginecologia	53	67	-14	-20,9%	11	12	-1	-8,3%	64	79	-15	-19,0%
Neurologia	31	30	1	3,3%			0		31	30	1	3,3%
Oftalmologia		1	-1	-100,0%	39	33	6	18,2%	39	34	5	14,7%
Ortopedia	1	0	1		10	10	0	0,0%	11	10	1	10,0%
Otorrinolaringologia		7	-7	-100,0%	1	15	-14	-93,3%	1	22	-21	-95,5%
Pediatria	1	0	1		3	7	-4	-57,1%	4	7	-3	-42,9%
Reumatologia	4	4	0	0,0%			0		4	4	0	0,0%
Urologia	17	19	-2	-10,5%	11	7	4	57,1%	28	26	2	7,7%
Outras (consultas, exames e tratamentos)	16	1	15	1500,0%	21	20	1	5,0%	37	21	16	76,2%

Rede Advancecare

Durante o ano, 705 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatorio na Rede Advancecare utilizando o *cartão de saúde* distribuído gratuitamente pela CASA DA IMPRENSA. Em comparação com o ano anterior, foram mais 76 associados (+12,1%).

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 2.633 consultas, exames ou tratamentos (mais 25,1% que no ano anterior), a que corresponderam 5.463 atos médicos (mais 10,6%).

Em regime ambulatorio, na Rede Advancecare estão convencionados preços máximos para consultas programadas (€35,00), consultas domiciliárias (€35,00) e consultas em serviços de atendimento permanente ou de urgência (€50,00).

Em todos os demais atos médicos e na prestação de serviços em geral, incluindo a Estomatologia, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) e próteses ou ortóteses, a utilização do cartão permite ape-

nas o acesso à rede aos preços convencionados diretamente entre cada prestador de serviços e a Advancecare, sem a participação da CASA DA IMPRENSA.

Tal como já assinalado no relatório de atividade relativo ao exercício de 2017, alterações na configuração da rede e nas condições acordadas entre esta e diversos prestadores, principalmente os mais procurados, reduziram a oferta de alguns serviços e motivaram reclamações.

Nos casos de que teve conhecimento e em que ficaram em causa as garantias regulamentares, a CASA DA IMPRENSA suportou a diferença entre os valores cobrados e o preço máximo regulamentar.

O quadro seguinte mostra o número de associados, de consultas, exames e tratamentos e de atos médicos na Rede Advancecare em regime ambulatorio e no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP):

ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATORIO

Associados				Consultas				Atos médicos			
2018	2017	Difª		2018	2017	Difª		2018	2017	Difª	
		(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
705	629	76	12,1%	2 633	2 105	528	25,1%	5 463	4 941	522	10,6%

O quadro seguinte mostra a evolução do número de consultas no posto clínico da associação, em Lisboa e no Porto, com médicos ou em unidades de saúde com

os quais a CASA DA IMPRENSA tem um convénio ou na Rede Advancecare, com a utilização do *cartão de saúde*.

CONSULTAS REALIZADAS EM REGIME AMBULATORIO (TODOS OS TIPOS DE ACESSO - 2012/2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Consultas internas (Sede e Delegação)	2 880	3 077	2 446	2 765	2 860	2 801	3 029	3 239	3 221	3 214
Consultas externas (credenciais)	1 402	1 399	1 408	1 191	996	898	868	738	698	684
Rede Advancecare (cartão de saúde) (1)				n.d.	n.d.	n.d.	1 804	1 990	2 015	2 633
TOTAL	4 282	4 476	3 854	3 956	3 856	3 699	5 701	5 967	5 934	6 531

(1) O acesso à Rede Advancecare com o cartão de saúde só foi disponibilizado a partir de 2012

n.d. - Os dados estatísticos relativos ao acesso aos prestadores da Rede Advancecare só estão disponíveis a partir de 2015

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registaram-se 49 casos de hospitalização para cirurgias e tratamentos e também três partos, num total de 75 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela CASA DA IMPRENSA.

A modalidade garantiu também o atendimento de 74 associados, em 106 consultas, exames e sessões de tratamento em ambiente hospitalar, mas em regime ambulatorio.

Em comparação com 2017, regista-se o aumento do

número de internamentos (mais seis casos, equivalentes a +13,9%) e o agravamento do custo médio por sinistro de 11,9 %. O número médio de subscritores da modalidade aumentou 5,4 %.

Nos termos do Regulamento de Benefícios, a modalidade de Internamento Hospitalar garante a comparticipação até 100 % dos custos de internamento e honorários médicos até ao limite de 15 mil euros por ano, cabendo ao associado o pagamento de uma franquia de 250 euros. Nos partos o limite de cobertura é de 2.500 euros.

Contas

No plano financeiro, as duas modalidades de saúde equilibraram as receitas e as despesas, com resultados superiores aos do exercício anterior e acima da previsão orçamental.

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários, com uma despesa global de 454.533,67 euros, fechou o ano com um saldo de 2.849,27 euros (1.027,93 euros em 2017).

A modalidade de Internamento Hospitalar, com uma despesa global de 223.714,39 euros, teve um resultado líquido de 1.650,58 euros (944,46 euros no ano

anterior).

Os subscritores dos Cuidados de Saúde Primários suportaram 35,8 % dos custos da modalidade através do pagamento das quotas (€6,00/mês). Os que utilizaram os serviços cobriram diretamente mais 14,8 % da despesa através do pagamento das consultas e credenciais.

Na modalidade de Internamento Hospitalar, com 1.363 subscritores a 31 de dezembro (média mensal de 1.332 aderentes), as quotas (€7,00/mês) corresponderam a 49,9 % dos custos totais.

4. AÇÃO SOCIAL

O nível de atividade dos Serviços Sociais estabilizou em 2018 relativamente ao ano anterior.

A assistente social manteve contactos com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social (IPSS), tendentes à satisfação de necessidades sentidas pelos beneficiários do Fundo de Ação Social (FAS), associados ou não na CASA DA IMPRENSA.

Foram realizadas 140 entrevistas presenciais com beneficiários e candidatos a apoios sociais (120 em 2017 e 105 em 2016), e realizadas 85 visitas domiciliárias (90 e 70 nos dois anos anteriores), das quais 20 em residências assistidas (lares de idosos) e centros de dia (13 em 2017).

Os Serviços Sociais tiveram o apoio do corpo clínico da CASA DA IMPRENSA na sinalização e encaminhamento de situações de vulnerabilidade e solicitaram a colaboração de entidades externas, de carácter público, privado e social, em 93 contactos realizados (90 no ano anterior).

Foram mantidos contactos, nomeadamente, com a Cruz Vermelha Portuguesa, as Santas Casas da Misericórdia de Lisboa e de Almada, diversos serviços de Saúde Pública, entre os quais dois centros de Saúde e seis hospitais, duas juntas de freguesia e dois centros paroquiais, além de serviços locais da Segurança Social e dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Foram solicitados apoios e adquiridos serviços de centros de dia, lares de idosos e empresas prestadoras de serviços de apoio domiciliário.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 13 prestações complementares periódicas (12 em 2017) e cinco subsídios pontuais (o mesmo número que no ano anterior) para, nos termos do Regulamento do Fundo de Ação Social (FAS), responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

Com o apoio do FAS foram também comparticipados exames complementares de diagnóstico não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os médicos da CASA DA IMPRENSA consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes.

Foram igualmente comparticipadas despesas relativas ao tratamento de doenças de alto risco e alto custo.

O valor destas comparticipações, de que beneficiaram 35 requerentes, foi de 5.914,62 euros (-2,4%). O montante global disponibilizado em subsídios eventuais foi de 36.096,77 euros, menos 1.840,32 euros (-4,9%), que os 37.937,09 financiados em 2017).

Todos os apoios concedidos foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e, com a exceção da comparticipação de quotas das modalidades de saúde (*ver adiante*) e de despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consideradas de alto risco ou alto custo, atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com carácter reservado.

O quadro seguinte sintetiza os apoios do FAS relativos a subsídios eventuais e despesas de saúde:

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2018		2017		Difª	
	Benefs. (N.º)	Valor	Benefs. (N.º)	Valor	Valor (€)	(%)
Subsídios mensais atribuídos	13	21 943,00 €	12	21 532,85 €	410,15 €	1,9%
Subsídios pontuais atribuídos	5	963,75 €	5	1 492,76 €	-529,01 €	-35,4%
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	10	7 275,40 €	13	8 848,73 €	-1 573,33 €	-17,8%
Comparticipações em MCDT (meios complementares de diagnóstico e terapêutica)	35	5 914,62 €	25	6 062,75 €	-148,13 €	-2,4%
Total a fundo perdido	63	36 096,77 €	55	37 937,09 €	-1 840,32 €	-4,9%
Subsídios reembolsáveis	1	1 146,00 €	0	0,00 €	1 146,00 €	

Comparticipação de quotas

Conforme previsto no respetivo Regulamento, o Fundo de Ação Social (FAS) participou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde dos familiares de associados efetivos (jornalistas).

A participação é de 100 % do valor da quota para os descendentes dependentes do associado efetivo (filhos ou equiparados, integrados na mesma declaração

de rendimentos para efeitos de IRS) e de 50 % no caso de cônjuges ou ascendentes, no máximo de dois familiares por cada associado efetivo.

O valor das participações em 2018 ascendeu a 76.424,50 euros, mais 343,00 euros (+0,5%) que no ano anterior.

Subsídio de nascimento, bolsas de estudo e subsídio por morte

Em 2018 foram pagos 12 subsídios de parentalidade, no valor global de 3.000,00 euros, mais 200 % do que os 1.000,00 euros pagos em 2017 (quatro subsídios).

O subsídio de parentalidade, criado na revisão do Regulamento de Benefícios de 2015, é pago aos associados com pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA pelo nascimento de um filho.

Também no âmbito da Solidariedade Associativa foram atribuídas sete bolsas de estudo (mais duas do que em 2017), com o valor individual de 750 euros (5.250 euros no total).

As bolsas de estudo são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos menores de 19 anos a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

Não foi pago qualquer subsídio de acidentes pessoais (um em 2017, no valor de 2.500,00 euros).

Nos termos do Regulamento de Benefícios, o subsídio

de acidentes pessoais é pago em caso de morte ou invalidez absoluta e definitiva causadas por acidente de um associado com idade até aos 70 anos e que tenha pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA. No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos seis subsídios, no valor global de 6.000,00 euros, aos herdeiros legais ou beneficiários designados de subscritores da modalidade que faleceram. Desde a última revisão do Regulamento de Benefícios, em 2015, o valor do subsídio por morte nesta modalidade é de 1.000,00 euros.

Não foi pedido qualquer resgate. Nos termos do Regulamento de Benefícios o resgate (no valor de 90% das reservas matemáticas) é pago aos subscritores com mais de 80 anos que o solicitem.

O gráfico seguinte sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores.

SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE, BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE

Subsídios atribuídos	2018		2017		Difª		
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	(%)
Parentalidade	12	3 000,00 €	4	1 000,00 €	8	2 000,00 €	200,00%
Bolsas de estudo	7	5 250,00 €	5	3 750,00 €	2	1 500,00 €	40,00%
Acidentes pessoais	0	0,00 €	1	2 500,00 €	-1	-2 500,00 €	-100,00%
Morte (CPM)	6	6 000,00 €	9	9 000,00 €	-3	-3 000,00 €	-33,30%
Resgates (CPM)	0	0,00 €	1	765,55 €	-1	-765,55 €	-100,00%
TOTAL	25	14 250,00 €	20	17 015,55 €	5	-2 765,55 €	-16,30%

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência e um subsídio por morte no valor global de 33.337,19 euros, mais 303,59 euros (+0,9%) do que no ano anterior (33.033,60 euros).

Beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na CASA DA IMPRENSA, em 1992.

O valor atual do subsídio por morte pago no âmbito do FASC é de 2.493,99 euros. As pensões complementares de reforma e de sobrevivência estão fixadas em 148,00 e 88,80 euros mensais, respetivamente.

Em 31 de dezembro o grupo fechado era constituído por cinco pensionistas de reforma (jornalistas) e 16

pensionistas de sobrevivência (cônjuges sobreviventes), no primeiro caso menos um pensionista do que no ano anterior.

Em dezembro, o Conselho de Administração aprovou uma dotação extraordinária do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC no valor de 10.000,00 euros, para reforço das provisões matemáticas. No ano anterior, em função de estudo atuarial, tinha sido feita uma dotação extraordinária de 80.000,00 euros. Com estes reforços o fundo ficou equilibrado, com provisões suficientes para cobrir as responsabilidades futuras.

A 31 de dezembro, o fundo tinha um património líquido de 233 632,51 € euros, com um grau de cobertura de 107,88 % (105,19% em 2017).

O quadro seguinte sintetiza a informação relativa ao pagamento de pensões e subsídios no âmbito do FASC:

PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA (FASC)

Pensões e subsídios	2018		2017		Difª			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	%	Valor	%
Pensões pagas								
P. Complem. de Reforma (<i>jornalistas</i>)	6	10 952,00 €	6	12 432,00 €	0	0,0%	- 1 480,00 €	-11,9%
P. de sobrevivência (<i>cônjuges sobreviventes</i>)	15	18 648,00 €	16	19 358,40 €	-1	-6,3%	- 710,40 €	-3,7%
Pensões a pagar								
P. de sobrevivência (<i>cônjuges sobreviventes</i>)	1	1 243,20 €	1	1 243,20 €	0	0,0%	- €	0,0%
Subsídio por morte								
Subsídio por morte	1	2 493,99 €	0	0,00 €	1		2 493,99 €	
TOTAL	23	33 337,19 €	23	33 033,60 €	0	0,0%	303,59 €	0,9%

5. ATIVIDADE CULTURAL

A atividade cultural da CASA DA IMPRENSA em 2018 baseou-se, principalmente, na organização de iniciativas em parceria com outras entidades da área dos *media*. No Salão Nobre da sede, em Lisboa, foram organizadas duas exposições de fotografia, a mais concorrida das quais relativa ao *Prémio Estação Imagem 2018*, foi inaugurada em setembro, no âmbito da *Bairro das Artes*, uma iniciativa que se desdobrou em múltiplos eventos e cerca de meia centena de espaços, para marcar a *rentrée* cultural na Sétima Colina de Lisboa. Em Novembro, em parceria com o Cinema Ideal e a Mídas Filmes, decorreu, durante uma semana, a 1ª Edição da Mostra de Cinema Casa da Imprensa | Cinema Ideal, com a antestreia do filme *Mais um dia de vida*, de Raúl de la Fuente e Damian Neno, e a projeção, em seis dias, de seis filmes sobre fotógrafos: *Mapplethorpe – Vejam as Imagens*, de Fenton Bailey e Randy Barbat; *Robert Frank, Não Pestanejes*, de Laura Israel; *Robert Doisneau, o Rebelde do Maravilhoso*, de Clémentine Deroudille; *À Procura de Vivian Maier*, de

John Maloof e Charlie Siskel; *Olhar / Ver – Gérard, Fotógrafo*, de Fernando Lopes; e *O Sal da Terra – Uma viagem com Sebastião Salgado*, de Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado.

A antestreia de *Mais um dia de vida*, uma adaptação ao cinema do livro homónimo do repórter polaco Ryszard Kapuscinski, contou com a presença do realizador Raúl de la Fuente e de alguns dos participantes no filme, um exercício que junta imagens reais e animação para retratar a guerra em Angola no período imediatamente anterior à independência, no verão de 1975.

Em abril e maio o salão nobre da sede acolheu a exposição *Uma viagem no 28 dos Prazeres ao Martim Moniz e volta sempre a olhar à esquerda*, um conjunto de 70 desenhos do jornalista e *designer* José Pinto Nogueira feitos ao longo de todo o percurso da mais célebre carreira de elétricos de Lisboa.

Durante o ano a CASA DA IMPRENSA acolheu e nalguns casos coorganizou diversos debates e *workshops* sobre

comunicação e jornalismo e apoiou a apresentação de livros sobre estas temáticas, entre os quais *Retratos contados – Alice Vieira – 75 anos*, de Nelson Mateus, uma homenagem à escritora e jornalista.

No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a CASA DA IMPRENSA mantém o apoio à distribuição da revista “Jornalismo e Jornalistas”.

6. FINANÇAS

Resultados do exercício

As contas do exercício de 2018 evidenciam um resultado líquido positivo nas modalidades mutualistas de 15.631,11 euros, menos 10.774,19 euros (-40,8%) do que no ano anterior (26.405,30 euros). Relativamente ao orçamento aprovado em Assembleia Geral, o resultado obtido apresenta um desvio favorável de 2.309,33 euros (+17,3%). Este resultado respeita apenas à atividade mutualista (a Solidariedade Associativa e as modalidades

de Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital Pagável por Morte), já que os fundos autónomos (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes) têm tratamento separado (*ver pág. 18*)

O quadro seguinte indica o resultado líquido dos exercícios de 2018 e 2017, a previsão orçamental para 2018 e as respetivas variações, expressas em euros e em percentagens:

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

Modalidades	2018		2017	Dif ^a		Dif ^a	
	Real	Orç	Real	(1)-(3)		(1)-(2)	
	(1)	(2)	(3)	(€)	(%)	(€)	(%)
Total	15 631,11 €	13 321,78 €	26 405,30 €	-10 774,19 €	-40,8%	2 309,33 €	17,3%

Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte (*ver pág. 15*) sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da CASA DA IMPRENSA e permitindo a comparação com o exercício anterior.

Os rendimentos e ganhos respeitantes às atividades mutualistas totalizaram 742.167,54 euros, que compararam com 721.250,44 euros apurados em 2017, um acréscimo de 20.917,10 euros (+2,9%).

Os gastos e perdas aumentaram 31.691,29 euros (+4,6%), passando de 694.845,14 euros em 2017 para 726.536,43 euros.

As quotas e as joias de inscrição totalizam 312.363,20 euros, o equivalente a 42,1 % do total de rendimentos e ganhos. Parte deste valor, porém, é comparticipado pelo FAS (*ver pág. 12*), o que reduz a contribuição efetiva das quotas dos associados para 31,8 % (40,9 % se se contar com o pagamento de credenciais para consultas externas).

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 3,0 % e o valor das credenciais (67.403,46 euros) subiu 3,3 %. Esta diferença deveu-se ao aumento do número de associados, já que o valor das quotas se mantém inalterado desde 2009 e o preço das consultas, que baixou em 2015, também não foi revisto.

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas equivalem a 44,1% do total de gastos e perdas. Em 2018 ascenderam a 320.081,66 euros, um aumento de 12.384,46 euros (+4,0%) relativamente ao ano anterior (307.697,20 euros).

Daquele total, 14.250,00 euros (menos 16,3% do que no ano anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bol-

sas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM); 195.682,55 euros (61,1% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP); e 105.988,92 euros (33,1%) foram imputados à modalidade de Internamento Hospitalar (IH).

Os proveitos comuns totalizaram 362.400,88 euros (48,8% do total de rendimentos e ganhos), sendo o maior contributo o que corresponde à conta “outros rendimentos e ganhos” (197.858,64 euros) na qual se incluem os rendimentos prediais, (158.475,65 euros). O segundo maior contributo vem da “prestação de serviços”, uma transferência do Fundo de Ação Social no valor de 149.386,28 euros e que corresponde a 20,1 % do total de rendimentos e ganhos.

Os custos comuns correspondem a 55,9 % do total de gastos, tendo aumentado de 387.147,94 euros em 2017 para 406.454,77 euros (+5,0%).

Os custos comuns mais significativos são os relativos a pessoal, que tiveram um acréscimo de 3,6 %, para 198.918,29 euros, e aos fornecimentos e serviços externos (127.815,48 euros, +11,7%).

A imputação dos proveitos e custos comuns às modalidades mutualistas é feita na proporção dos proveitos e custos diretos, isto é, acompanha o esforço dos associados, de modo a evitar a subsidiação de umas modalidades pelas outras e garantir a autonomia técnica e financeira de cada uma delas, de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

	2018	2017	Difª	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	379 766,66 €	377 021,21 €	2 745,45 €	0,7%
Quotizações e jóias	312 363,20 €	303 163,50 €	9 199,70 €	3,0%
Credenciais e Senhas de consulta (CSP)	67 403,46 €	65 239,05 €	2 164,41 €	3,3%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00 €	8 618,66 €	-8 618,66 €	
Proveitos comuns	362 400,88 €	344 229,23 €	18 171,65 €	5,3%
Vendas	11,23 €	21,14 €	-9,91 €	-46,9%
Prestações de serviços	149 386,28 €	133 597,72 €	15 788,56 €	11,8%
Subsídios, doações e legados	4 883,00 €	16 080,41 €	-11 197,41 €	-69,6%
Outros rendimentos e ganhos	197 858,64 €	186 180,70 €	11 677,94 €	6,3%
Juros e outros rendimentos similares	10 261,73 €	8 349,26 €	1 912,47 €	22,9%
Total de rendimentos e ganhos	742 167,54 €	721 250,44 €	20 917,10 €	2,9%
Custos diretos das modalidades mutualistas	320 081,66 €	307 697,20 €	12 384,46 €	4,0%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	14 250,00 €	17 015,55 €	-2 765,55 €	-16,3%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	105 988,92 €	97 468,01 €	8 520,91 €	8,7%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	181 535,03 €	177 320,00 €	4 215,03 €	2,4%
Outros custos inerentes a associados (CSP+IH)	14 147,52 €	15 893,64 €	-1 746,12 €	-11,0%
Provisões específicas do sector (CPM)	4 160,19 €	0,00 €	4 160,19 €	
Custos comuns	406 454,77 €	387 147,94 €	19 306,83 €	5,0%
Custo das vendas	7,14 €	8,40 €	-1,26 €	-15,0%
Fornecimentos e serviços externos	127 815,48 €	114 452,11 €	13 363,37 €	11,7%
Custos com o pessoal	198 918,29 €	192 083,60 €	6 834,69 €	3,6%
Gastos de depreciação e amortização	76 448,10 €	67 879,78 €	8 568,32 €	12,6%
Outros gastos e perdas	3 265,76 €	12 724,05 €	-9 458,29 €	-74,3%
Total de gastos e perdas	726 536,43 €	694 845,14 €	31 691,29 €	4,6%
Resultado Líquido	15 631,11 €	26 405,30 €	-10 774,19 €	-40,8%

O desempenho dos principais agregados contabilísticos observado no exercício de 2018 mantém a tendência da última década.

Desde a adoção em 2009 do atual modelo estatutário, que tem a sua matriz no Código Mutualista de 1990, os rendimentos e ganhos das modalidades aumentaram 42,7 %, de 519.985,30 para 742.167,54 euros.

Os proveitos diretos (a receita das quotas e credenciais) passaram de 271.415,02 euros em 2009 para 379.766,66 euros em 2018, um aumento de 39,9 %.

Este aumento espelha o crescimento do número de associados (+18,6%) e das subscrições da modalidade de Internamento Hospitalar. A subscrição desta modalidade duplica o valor da quota individual de um associado e o número de subscrições triplicou em dez anos (um aumento de 198,2%).

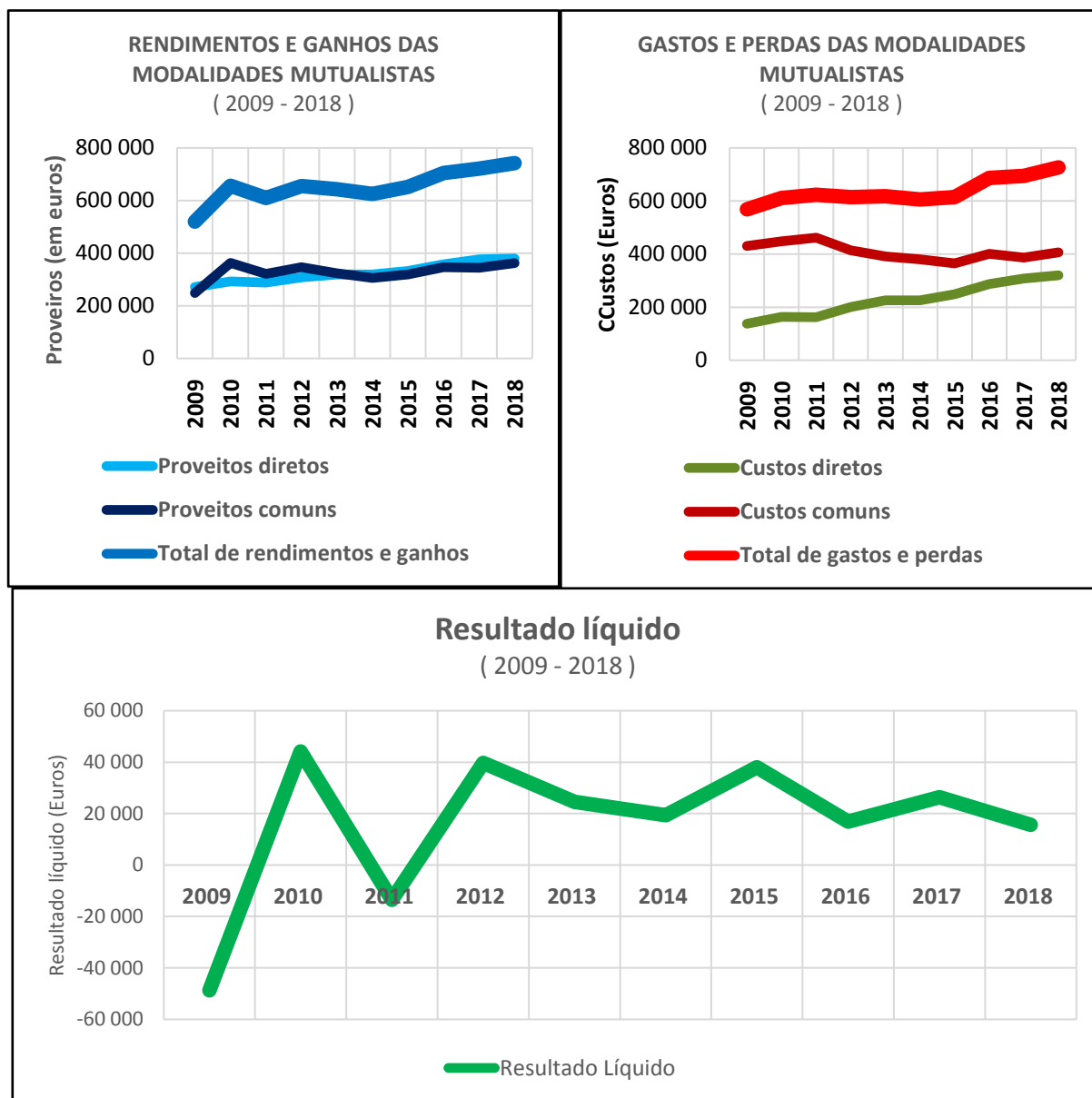
Os proveitos comuns (aqueles que não devem ser imputados exclusivamente a um serviço e são rateados

pelas modalidades, como os rendimentos prediais e as transferências do FAS), aumentaram 45,8 %, passando de 248.570,28 em 2009 para 362.400,88 euros em 2018.

A variação maior nos rendimentos e ganhos respeita aos rendimentos de imóveis, que mais que quintuplicaram, passando de 29.415,44 euros em 2009 para 158.475,65 euros em 2018 (+438,7%).

Do lado dos gastos e perdas a tendência tem sido para o aumento dos custos diretamente ligados aos benefícios (prestadores de cuidados de saúde e seguros de saúde) e a para redução dos custos gerais.

Os gráficos seguintes (ver pág. 16) mostram a evolução em dez anos relativamente aos rendimentos e ganhos, aos gastos e perdas e aos resultados líquidos das modalidades mutualistas.



Resultados das modalidades mutualistas

Pelo sétimo ano consecutivo, no exercício de 2018 todas as modalidades mutualistas apresentaram resultados líquidos positivos.

O quadro seguinte compara os resultados líquidos das modalidades mutualistas em 2018 e 2017 e respetivas variações em euros e em percentagem.

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2018	2017	Difª	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	6 760,48 €	13 400,99 €	-6 640,51 €	-49,6%
Cuidados de Saúde Primários	2 849,27 €	1 027,93 €	1 821,34 €	177,2%
Internamento Hospitalar	1 650,58 €	944,46 €	706,12 €	74,8%
Capitais por Morte	4 370,78 €	11 031,93 €	-6 661,15 €	-60,4%
Total	15 631,11 €	26 405,30 €	-10 774,19 €	142,0%

A Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de subsídios de nascimento, bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez causadas por acidente e que suporta também todas as iniciativas

não abrangidas no âmbito das modalidades sujeitas a subscrição, nomeadamente a cultura, teve um resultado líquido positivo de 6.760,48 euros, que compara com os 13.400,48 euros apurados em 2017 (-49,6%).

O total de gastos e perdas da modalidade ascendeu a 26.391,05 euros (33.490,23 euros em 2017), dos quais 8.250,00 euros com o pagamento de subsídios de parentalidade e bolsas de estudo. As iniciativas culturais tiveram um custo de 7.291,12 euros (6.283,00 euros no ano anterior).

A 31 de dezembro o Fundo Próprio da modalidade apresentava um saldo de 76.881,50 euros (um acréscimo de 18,6 % relativamente aos 64.820,61 euros em 2017).

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP), que suporta todos os benefícios da saúde em regime ambulatório (isto é, sem internamento hospitalar e partos), teve um resultado líquido de 2.849,27 euros, que compara com o resultado de 1.027,93 euros apurado no ano anterior (+177,2%).

Os proveitos totais ascenderam a 457.382,94 euros, contra 436.025,42 euros em 2016, um acréscimo de 4,9 %.

As quotas, com o valor individual de €6,00/mês, geraram uma receita de 162.530,00 euros, mas o esforço efetivo dos associados foi de 116.846,00 euros, tendo em conta que o Fundo de Ação Social participou as quotas dos familiares dos associados efetivos com 45.684,00 euros (*gráfico da esquerda nesta página*).

As credenciais para consultas custaram aos associados 67.403,46 euros (14,7% dos rendimentos totais da modalidade).

Depois das quotas, as maiores contribuições vêm dos rendimentos prediais imputados à modalidade, com 119.280,66 euros, e da prestação de serviços (Fundo de Ação Social), com 92.394,50 euros. Em conjunto estas duas rubricas cobrem 46,5% da despesa total da

modalidade (26,2% os rendimentos prediais e 20,3% a prestação de serviços).

O valor patrimonial do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinado a suportar benefícios futuros, era de 754.907,17 euros em 31 de dezembro, mais 925,13 euros (+0,1%) do que os 753.982,04 euros do final de 2017.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registou um resultado líquido de 1.650,58 euros, mais 74,8% do que os 944,46 euros registados em 2017.

O crescimento do número de subscritores da modalidade fez aumentar a receita da quotização de 106.858,50 euros em 2017 para 112.552,00 euros em 2018, um crescimento de 5,3%.

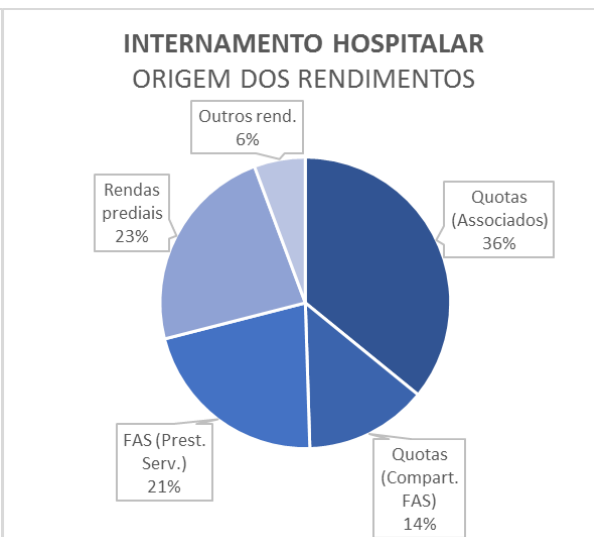
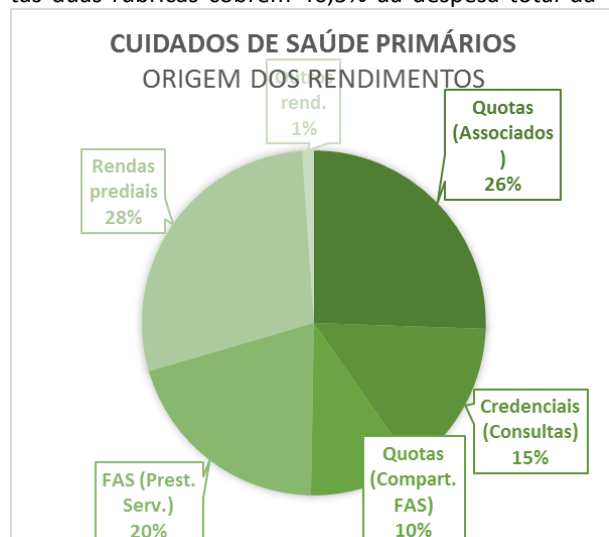
A origem dos rendimentos da modalidade está espelhada no gráfico da direita nesta página.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 83.713,73 euros, mais 1,0 % do que os 82.863,72 euros registados um ano antes.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 4.370,78 euros, que compara com os 11.031,93 euros contabilizados em 2017. A diferença resulta principalmente da variação das reservas matemáticas, calculadas em estudo atuarial e tendo em conta os óbitos ocorridos no ano.

Durante o ano foram pagos seis subsídios por morte (nove em 2017).

Em 31 de dezembro o valor patrimonial do Fundo Permanente da modalidade era de 311.635,88 euros, mais 14.088,93 euros (+ 4,7%) do que em 2017.



Fundos mutualistas

O valor global dos fundos próprios e permanentes das modalidades mutualistas era, em 31 de dezembro de 2018, de 1.227.138,28 euros, mais 27.924,96 euros (+2,3%) do que os 1.199.213,32 euros contabilizados em 2017.

O quadro seguinte (ver pág. 18) evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2018 (antes da aplicação de resultados do exercício, cuja proposta é apresentada na pág. 23) e 31 de dezembro de 2017.

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e dos fundos próprios das modalidades de Cuidados de Saúde Primários e de Internamento Hospitalar refletem a aplicação de resultados do exercício de 2017 (90% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos).

No Fundo Permanente da modalidade de Capital Pagável por Morte, reflete também um ajustamento das

provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial, que determinou um custo de 4.160,19 euros.

O valor patrimonial do fundo era em 31 de dezembro de 311.635,88 euros, mais 14.088,93 euros (+4,7%) do que no ano anterior, com provisões matemáticas de 271.523,02 euros (grau de cobertura de 135,63 %).

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS				
	2018	2017	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	76 881,50 €	64 820,61 €	12 060,89 €	18,6%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	754 907,17 €	753 982,04 €	925,13 €	0,1%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	83 713,73 €	82 863,72 €	850,01 €	1,0%
Fundo Permanente Capitais por Morte	311 635,88 €	297 546,95 €	14 088,93 €	4,7%
Total	1 227 138,28 €	1 199 213,32 €	27 924,96 €	2,3%

Fundos autónomos

Em 2018 os três fundos autónomos sob gestão da CASA DA IMPRENSA tiveram globalmente um resultado líquido negativo de -128.364,49 euros (402.572,75 euros em 2017).

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social para a CASA DA IMPRENSA em 1992, teve um resultado líquido positivo 4.701,90 euros.

O Fundo Norberto Lopes (FNL), que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor, teve um resultado líquido de 290,68 euros.

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de caráter social dos jornalistas e seus familiares, em alguns casos independentemente de serem associados da CASA DA IMPRENSA, teve um resultado negativo de -133.357,07 euros.

O quadro seguinte expõe os resultados líquidos dos três fundos autónomos:

RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS				
Fundos	2018	2017	Difª	
			(€)	(%)
FAS - Fundo de Ação Social	-133 357,07	338 932,74	-472 289,81	-139,3%
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	4 701,90	63 349,50	-58 647,60	-92,6%
FNL - Fundo Norberto Lopes	290,68	290,51	0,17	0,1%
TOTAL	-128 364,49	402 572,75	-530 937,24	-131,9%

Resultados do FAS

O desempenho negativo do FAS é consequência da quebra do valor de mercado de obrigações a nível nacional e europeu e da alteração contabilística que decorre da recomposição do fundo, que antes era exclusivamente construído por depósitos bancários e obrigações a taxa fixa e passou a integrar fundos cotados em bolsa (ver *pág. 19*).

Até 2017 os ganhos de um exercício eram determinados principalmente pelos juros de depósitos e pelos juros pagos pelos emitentes das obrigações (Tesouro ou empresas), com tendência para baixarem. Nos gastos, além da *despesa social* (o custo dos apoios sociais, a maior parcela), tinham peso os custos financeiros, como comissões e provisões, com tendência para aumentarem.

Desde o final de 2017, com a recomposição da carteira de aplicações financeiras, além da *despesa social*, con-

tinuam a contar os juros dos depósitos e das obrigações (agora menos), mas passou a ter um peso determinante a variação do *justo valor* dos ativos, ou seja, o seu valor de mercado (ou, na prática, a sua cotação). A cotação dos fundos que integram a carteira de aplicações financeiras do FAS (47% do total) perdeu valor entre janeiro e novembro, num ano que os analistas genericamente consideram atípico e o pior desde 2010.

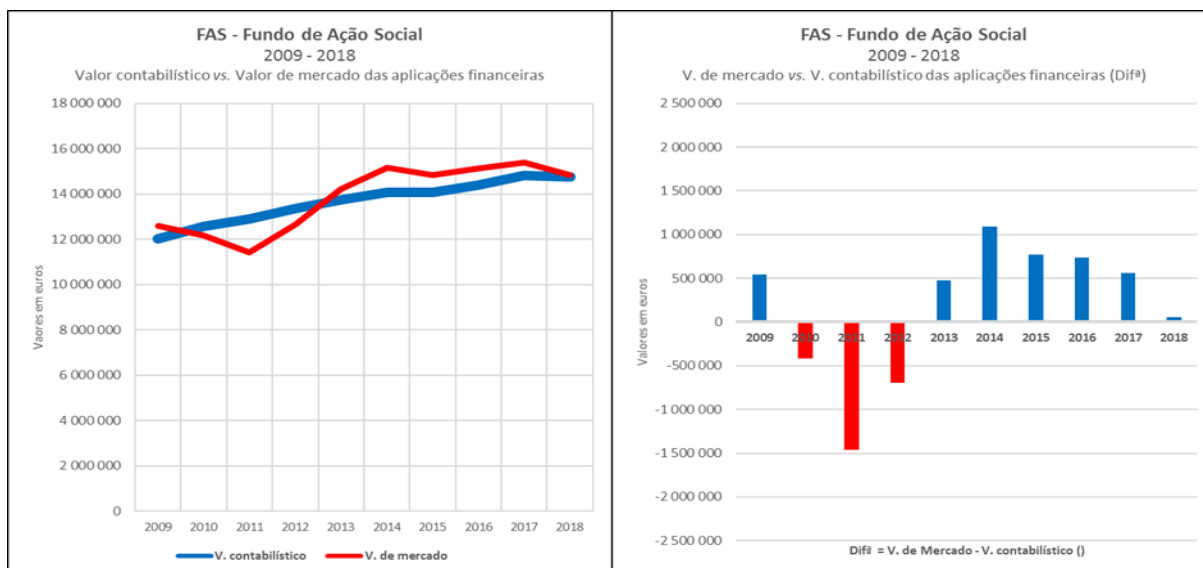
Os principais índices de referência dos mercados europeus de obrigações, quer de empresas quer de dívida pública, registaram perdas superiores tanto em Portugal como no resto da Europa.

Por exemplo, em Portugal os fundos com natureza comparável, como os fundos de poupança-reforma, tiveram em média uma perda de 5,45%, segundo a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). A nível global, os índices

de obrigações em euros, quer de empresas quer de dívida pública, também sofreram quebras superiores. A partir de dezembro o desempenho foi mais favorável e o FAS recuperou em dois meses cerca de metade das perdas registadas nos 12 meses anteriores. Apesar do resultado líquido negativo e da baixa das cotações, em 31 de dezembro o valor de mercado das

aplicações financeiras do FAS era ainda superior ao seu valor contabilístico em 77.708,75 euros.

Nem sempre isto aconteceu nos últimos dez anos, como se vê nos gráficos seguintes. O primeiro mostra a evolução do valor de mercado e do valor contabilístico do fundo desde 2009. O segundo evidencia a diferença entre os dois valores, ano a ano.



Estrutura da FAS

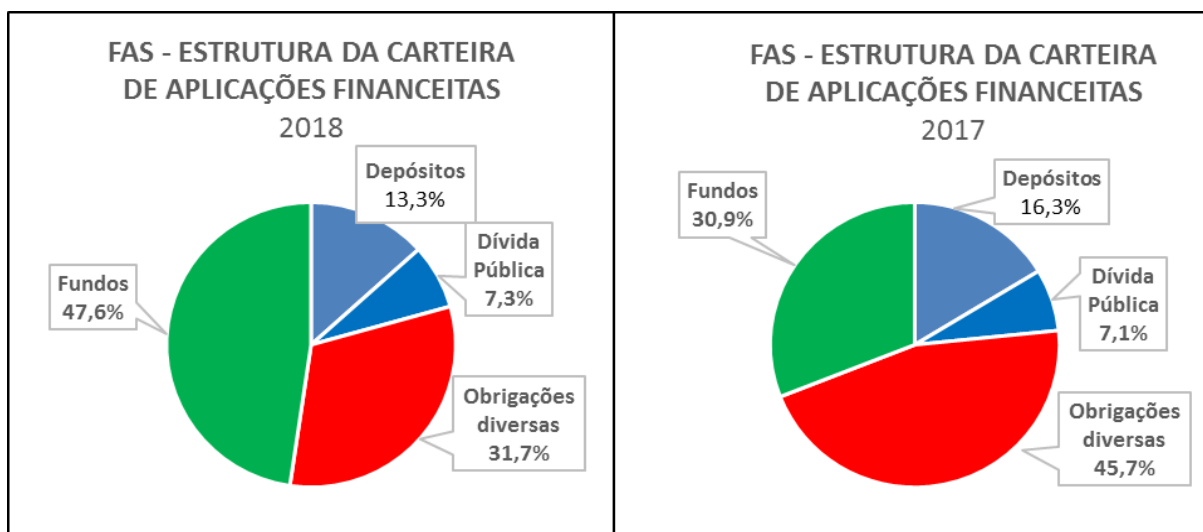
Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das aplicações financeiras do Fundo de Ação Social era de 14.818.491,21 euros.

Daquele total, 7.060.728,38 euros correspondiam a unidades de participação de 19 fundos de investimento internacionais cotados em bolsa (47,6% da carteira); 4.696.189,90 euros (31,7%) eram obrigações de empresas (portuguesas e estrangeiras); 1.087.120,00 (7,3%) correspondiam a títulos de dívida pública portuguesa; e 1.974.452,93 (13,3%) eram depósitos.

A recomposição de cerca de metade da carteira de investimentos financeiros, antes toda constituída por

depósitos bancários e obrigações de rendimento fixo, começou no final de 2017, após vários meses de negociações que culminaram na celebração dum contrato de aconselhamento com uma sociedade de consultores (a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda.). A outra metade da carteira continua com aconselhamento da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., sendo constituída por depósitos e obrigações a taxa fixa do Tesouro português e de empresas portuguesas e estrangeiras.

Os gráficos seguintes mostram a estrutura da carteira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.



Fundo perpétuo

O FAS é um fundo perpétuo que cada geração deve assegurar que beneficiará as gerações seguintes.

Até 1998 o fundo tinha como receitas próprias o adicional sobre a publicidade nos jornais diários e o rendimento gerado pelo próprio fundo. Desde então, com a extinção do adicional, tem como receita própria, exclusivamente, o rendimento que consegue gerar, até agora apenas os rendimentos financeiros.

Nos últimos dez anos a regra foi sempre não consumir

capital, mas apenas os rendimentos. E quase sempre apenas foi consumido menos de metade do rendimento gerado em cada ano.

Isto permitiu capitalizar o fundo. O seu valor de mercado passou de 12.576.295,26 euros em 2009 para 14.818.491,21 euros em 2018, uma valorização de 17,8%, mesmo quase duplicando a *despesa social* (mais 96,8%), que passou de 138.136,80 euros em 2009 para 271.907,55 euros em 2018.

Carteira de fundos

A recomposição da carteira de aplicações financeiros do FAS foi feita no final de 2017, após vários meses de negociações com bancos e consultores credenciados e que culminaram em setembro com a celebração dum contrato de aconselhamento com a Baluarte que, a par da Caixagest, passou a assessorar o Conselho de Administração nesta área.

O objetivo principal da recomposição da carteira, de que foi sendo dado conhecimento à Assembleia Geral e ao Conselho Geral, foi o de acautelar a segurança dos investimentos e a preservação do capital, garantindo na medida do possível o nível de rendibilidade necessário para manter e desenvolver os benefícios sociais. Até 2017 considerou-se sempre a carteira de aplicações financeiras como uma *carteira a vencimento*, na medida em que por regra os títulos eram detidos até à maturidade.

Este modelo, com regras contabilísticas mais simples e diferentes do que é mais usual, tinha implícita alguma rigidez na gestão da carteira e uma exposição ao risco que o Conselho de Administração entendeu dever limitar.

Sendo os títulos detidos à maturidade, era limitada a capacidade de adaptar a carteira às condições de mercado (presentes ou no futuro a curto e médio prazo) e era também limitada a gestão de oportunidades.

Dada a dimensão da carteira, mesmo diversificando os investimentos, como foi feito a partir de 2011, o fundo

era sempre demasiado sensível a todo e qualquer emite-
tente.

O que aconteceu com as *obrigações sénior* do BES em 2015 mostra isto mesmo: a dois dias de acabar o ano os títulos perderam cerca de 90% do seu valor (o restante foi dado como perdido nas contas em 2018). O fundo perdeu, de um dia para o outro, 266.097 euros e o resultado líquido, que a três dias do fecho do ano se estimava em 226.268,68 euros positivos, foi afinal negativo em -39.828,32 euros.

O investimento de cerca de metade do valor da carteira em fundos, desde o final de 2017, expõe a carteira a mais de 12 mil emittentes, de diferentes sectores e geografias diversificadas, em vez dos cerca de 56 a 60 antes possíveis, o que permite uma gestão mais ativa. As regras contabilísticas passaram a ser as adotadas pela generalidade das organizações.

O modelo de referência que foi adotado tem critérios definidos, quer quanto ao tipo de investimento pretendido (obrigações), quer quanto aos objetivos de rendibilidade ou ao nível de risco e à tolerância de perdas. E tem em conta que se trata de um fundo perpétuo, para o qual contam os resultados imediatos, mas mais ainda as perspetivas a médio e longo prazo.

O gráfico seguinte simula o seu desempenho desde 2010 (é uma simulação, a carteira só começou a ser constituída no final de 2017) e cobre um período longo durante o qual os mercados atravessaram várias crises.



Valor patrimonial dos fundos autónomas

O valor patrimonial global dos três fundos autónomos sob gestão da Casa da Imprensa era de 15.122.309,38 euros em 31 de dezembro de 2018, menos 1,0% que

no ano anterior.

O quadro seguinte individualiza os valores por fundo e a variação relativamente ao ano anterior:

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

	2018	2017	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14 851 003,21 €	14 984 360,28 €	-133 357,07 €	-0,9%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	233 822,39 €	254 466,16 €	-20 643,77 €	-8,1%
Fundo Norberto Lopes	37 483,78 €	37 193,10 €	290,68 €	0,8%
Total	15 122 309,38 €	15 276 019,54 €	-153 710,16 €	-1,0%

Movimentos entre fundos

O Conselho de Administração aprovou em dezembro uma dotação extraordinária de 10.000,00 euros do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC, o Fundo Autónomo de Subsídio Complementar.

A dotação destinou-se a reforçar as provisões matemáticas e garantir a cobertura das responsabilidades

futuras com o pagamento de pensões complementares de reforma e pensões de sobrevivência do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas (FESSJ), integrado na CASA DA IMPRENSA em 1992.

Depois das liquidações feitas no exercício de 2012, não há dívidas entre fundos.

Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2018 de 1.884,67 euros relativo a despesas de representação, menos 913,98 euros (-33%) que no ano anterior.

As despesas realizadas pelo Conselho de Administração, exclusivamente relacionadas com transportes e estacionamento de viaturas, representam 56,0 % do total das despesas de

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2018	2017	Difª	
			(%)	(%)
Conselho de Administração	1 055,80 €	1 372,55 €	- 316,75 €	-23%
Reunião RedeMut	- €	767,50 €	- 767,50 €	-100%
Outros Órgãos Sociais	196,13 €	23,00 €	173,13 €	753%
Deslocações Assistente Social	632,74 €	635,60 €	- 2,86 €	0%
Total	1 884,67 €	2 798,65 €	- 913,98 €	-33%

representação.

Reavaliação de imóveis

Em 2018 não foi alterado o valor registado em Balanço relativo aos edifícios e terrenos da CASA DA IMPRENSA (sede, Delegação do Porto e prédio de rendimento da Rua do Loreto, em Lisboa).

De acordo com as disposições legais e as práticas contabilísticas usuais foi feita a atualização do “justo valor” daqueles bens patrimoniais em 2014, após a reabilitação do prédio da Rua do Loreto e da requalificação da sede, e outra vez três anos depois, em 2017.

No conjunto, o valor atribuído aos imóveis aumentou para 7.920.000,00 (ver quadro na página seguinte).

O Conselho de Administração entende que, salvo se houver intervenções importantes nos prédios ou ocor-

rerem circunstâncias extraordinárias, incluindo variações drásticas do mercado imobiliário, não se justifica proceder a atualizações anuais, sendo suficiente uma periodicidade de três anos.

As reavaliações, feitas por perito certificado e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), tiveram reflexo no Balanço (no ano em que foram feitas) e têm impacto na demonstração de resultados do exercício todos os anos com o aumento dos custos de depreciação.

Estes custos aumentaram de 50.962,50 euros para 61.580,00 euros em 2018, um acréscimo de 10.617,50 euros (+20,8%).

REAVLIAÇÃO DE IMÓVEIS

Imóveis	Sede (Lisboa)		R. do Loreto (Lisboa)		Delegação (Porto)	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Terreno	497 000,00 €	740 000,00 €	1 527 750,00 €	2 280 000,00 €	88 500,00 €	111 000,00 €
Edifício	923 000,00 €	1 110 000,00 €	2 837 250,00 €	3 420 000,00 €	206 500,00 €	259 000,00 €
Total	1 420 000,00 €	1 850 000,00 €	4 365 000,00 €	5 700 000,00 €	295 000,00 €	370 000,00 €

Consignação fiscal, doações e donativos

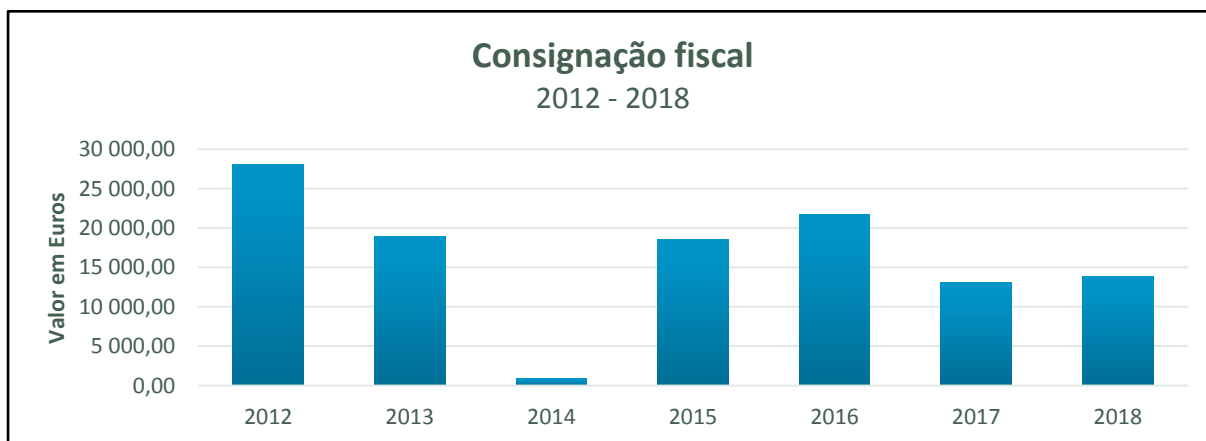
A CASA DA IMPRENSA recebeu 13.881,05 euros da consignação fiscal em 2018, mais 801.36 euros (+6,1%) do que no ano anterior e 11,0 % acima da previsão orçamental.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos cidadãos contribuintes, associados e não associados, que escolheram a CASA DA IMPRENSA como

destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

O montante recebido em 2018 respeita à liquidação do IRS sobre os rendimentos de 2016.

Desde 2012, primeiro ano em que pôde candidatar-se a beneficiar da consignação fiscal, a CASA DA IMPRENSA recebeu um total de 115.017,36 euros (*ver gráfico*).



Processos judiciais

A CASA DA IMPRENSA é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa.

Um dos processos iniciou-se 2016, quando a CASA DA IMPRENSA processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a CASA DA IMPRENSA, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, por despacho de 23 de novembro, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final

com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais.

Em 2015 a CASA DA IMPRENSA já tinha criado uma provisão de 266.097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações do BES.

Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor do investimento.

O reforço da provisão teve um custo de 31.749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social, agravando o resultado negativo do FAS para -133.357,07 euros.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à CASA DA IMPRENSA.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a CASA DA IMPRENSA requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta duma dívida que ainda

não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição legal que vigorou entre 1943 e 1998.

Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a CASA DA IMPRENSA. As transferências foram interrompidas em 2009.

A CASA DA IMPRENSA não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711.192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2018, como nos quatro anos anteriores. Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes outros três processos em contencioso.

Um respeito a uma ação executiva intentada pela CASA

DA IMPRENSA para cobrança de uma dívida de 1.456,60 euros proveniente da falta de pagamento de rendas.

As outras duas são processos de contraordenação da Câmara Municipal de Lisboa relativas ao início das obras no prédio da Rua do Loreto, em novembro de 2013 e junho de 2014, antes da emissão dos alvarás.

Foi apresentado direito de defesa, em resposta aos factos imputados e no que respeita à aplicação do direito.

Já após o fecho do ano a CASA DA IMPRENSA foi notificada da decisão final que determinou o arquivamento no que respeita a um dos factos imputados e a aplicação de coima no montante de 750,00 euros relativamente ao outro. A coima aplicada e as respetivas custas foram pagas, pelo que o processo se encontra findo.

7. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES	
Nº de Associados	2263
Nº médio de Trabalhadores	8
Total do Ativo	24 753 198,68 €
Fundos	955 615,26 €
Reservas	19 395 236,87 €
Excedentes de revalorização de ativos	3 167 999,36 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	92 079,21 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	15 631,11 €
Resultado líquido	15 631,11 €

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da CASA DA IMPRENSA, pelo acompanhamento do trabalho realizado;
- os membros do corpo clínico, dos Serviços de Sa-

úde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à CASA DA IMPRENSA;

- todos quantos, associados ou não, designaram a CASA DA IMPRENSA como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de

15 631,11 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	6 084,43 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	2 564,34 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	1 485,52 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	3 933,70 €
Fundo de Reserva Geral	1 563,12 €

10. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 8.*
2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Carlos Alberto de Veiga Pereira, Nuno Octávio Jacobetty Vieira, Herculano Reis Carreira, João Pedro Martins, José David Lopes, Altino*

Martins Costa, Afonso Joaquim Fernandes Cautela, Rui Osório Castro Alves, António Bertolino Rodrigues Carvalho, Maria Manuela Almeida Ferreira, José Manuel de Almeida Pinto, Mary Christina Lydon Fonseca, Margarida Fernandes Pêssego Luís de Castro e Maria Teresa Monteiro dos Santos Nogueira Moutinho.

Lisboa, 15 de março de 2019

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)

Paulo F. Silva (Vice-Presidente)

Carlos Lobato (Vogal)

José Fragoso (Vogal)

Luísa Melo (Vogal)

C.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	7 899 634,23	7 965 307,25
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Ativos intangíveis	3.2.2 e 5	187,92	290,42
Investimentos financeiros	3.2.3 e 14.2	338 000,00	338 000,00
		8 300 146,95	8 365 922,47
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4 e 6	20 391,75	20 460,45
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	3 131,28	2 843,68
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	4 729,29	3 992,37
Diferimentos	10.2	3 146,52	3 120,46
Outros ativos correntes	3.2.5, 10.2 e 14.2	15 667 763,94	15 777 368,34
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.3	753 888,95	690 390,37
		16 453 051,73	16 498 175,67
Total do Ativo		24 753 198,68	24 864 098,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.6 e 14.1		
Fundos		955 615,26	931 850,49
Reservas		19 395 236,87	19 520 960,83
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização		3 167 999,36	3 167 999,36
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		23 671 393,17	23 773 352,36
Resultado líquido do período		15 631,11	26 405,30
Total dos fundos patrimoniais		23 687 024,28	23 799 757,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	271 523,02	267 362,83
		271 523,02	267 362,83
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.5 e 10.4	15 585,03	20 631,86
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	6 684,32	5 917,78
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	3 000,00	3 000,00
Diferimentos	10.5	734 779,22	733 714,15
Outros passivos correntes	3.2.5 e 10.5	34 602,81	33 713,86
		794 651,38	796 977,65
Total do passivo		1 066 174,40	1 064 340,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		24 753 198,68	24 864 098,14

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 7	529 164,17	502 021,41
Subsídios, doações e legados à exploração	9	4 883,00	16 080,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(7,14)	(8,40)
Fornecimentos e serviços externos	7	(127 815,48)	(114 452,11)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 11	(198 918,29)	(192 083,60)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 8	(4 160,19)	8 618,66
Outros rendimentos	3.2.9 e 7	208 120,37	194 529,96
Outros gastos	7	(319 187,23)	(320 421,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		92 079,21	94 285,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(76 448,10)	(67 879,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 631,11	26 405,30
Resultado antes de impostos		15 631,11	26 405,30
Resultado líquido do período		15 631,11	26 405,30

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	MODALIDADES				Total
	Solidariedade Associativa	Cuidados de Saúde Primários	Internamento Hospitalar	Capital por Morte	
Vendas e serviços prestados	32 005,73	322 327,96	160 048,49	14 781,99	529 164,17
Subsídios, doações e legados à exploração	378,70	2 924,99	1 446,44	132,87	4 883,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7,14)				(7,14)
Fornecimentos e serviços externos	(13 953,04)	(71 564,12)	(37 556,01)	(4 742,32)	(127 815,48)
Gastos com o pessoal	(4 013,95)	(141 577,30)	(48 793,64)	(4 533,40)	(198 918,29)
Provisões específicas (aumentos/reduções)				(4 160,19)	(4 160,19)
Outros rendimentos	767,09	132 129,99	63 870,05	11 353,24	208 120,37
Outros gastos	(8 414,18)	(192 813,93)	(111 866,71)	(6 092,41)	(319 187,23)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 763,22	51 427,59	27 148,61	6 739,79	92 079,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2,74)	(48 578,32)	(25 498,03)	(2 369,01)	(76 448,10)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6 760,48	2 849,27	1 650,58	4 370,77	15 631,11
Resultado antes de impostos	6 760,48	2 849,27	1 650,58	4 370,77	15 631,11
Resultado líquido do período	6 760,48	2 849,27	1 650,58	4 370,77	15 631,11

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
José Fragoso (vogal)
Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	381 726,39	385 623,20
Pagamentos de subsídios	9 000,00	10 265,55
Pagamentos de apoios	4 096,80	
Pagamento de bolsas	5 250,00	3 750,00
Pagamentos a fornecedores	415 802,51	393 926,53
Pagamentos ao pessoal	199 840,54	200 076,21
Caixa gerada pelas operações	(252 263,46)	(222 395,09)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	13 871,78	11 911,75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(238 391,68)	(210 483,34)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	12 296,84	22 645,03
Activos intangíveis		307,50
Investimentos financeiros	715 022,00	588 710,94
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	607,54	759,38
Investimentos financeiros	696 722,00	744 120,38
Outros activos	149 975,11	154 834,18
Juros e rendimentos similares	9 835,17	9 546,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	129 820,98	297 597,37
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Doações	4 383,00	5 580,41
Outras operações de financiamento	149 386,28	133 597,72
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	153 769,28	139 178,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	45 198,58	226 292,16
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	302 990,37	76 698,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	348 188,95	302 990,37

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outros variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	916 629,50	0,00	19 116 696,86	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	16 912,21	21 419 929,87	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	15 220,99		404 263,97		1 950 849,74		(16 912,21)	2 353 422,49	
2	15 220,99	0,00	404 263,97	0,00	1 950 849,74	0,00	(16 912,21)	2 353 422,49	0,00
3							26 405,30	26 405,30	
4=2+3							9 493,09	2 379 827,79	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+4+5	931 850,49	0,00	19 520 960,83	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	26 405,30	23 799 757,66	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017									

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outros variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6	931 850,49	0,00	19 520 960,83	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	26 405,30	23 799 757,66	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	23 764,77		(125 723,96)				(26 405,30)	(128 364,49)	
7	23 764,77	0,00	(125 723,96)	0,00	0,00	0,00	(26 405,30)	(128 364,49)	0,00
8							15 631,11	15 631,11	
9=7+8							(10 774,19)	(112 733,38)	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11=6+7+8+9+10	955 615,26	0,00	19 395 236,87	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	15 631,11	23 687 024,28	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018									

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
José Fragoso (vogal)
Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros		12 302 645,05
		12 302 645,05
Ativo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1 746,00	1 274,08
Outras contas a receber	121 375,38	176 974,87
Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor	12 755 589,53	
Caixa e depósitos bancários	1 985 192,93	2 513 318,38
	14 863 903,84	2 691 567,33
Total do Ativo	14 863 903,84	14 994 212,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	14 984 360,28	14 645 427,54
Resultados transitados	(13 947,87)	(13 947,87)
	14 970 412,41	14 631 479,67
Resultado líquido do período	(133 357,07)	338 932,74
Total do fundo de capital	14 837 055,34	14 970 412,41
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a pagar	26 848,50	23 799,97
Total do passivo	26 848,50	23 799,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	14 863 903,84	14 994 212,38

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Custos inerentes a associados	(122 521,27)	(194 018,59)
Custos da prestação de serviços	(149 386,28)	(133 597,72)
Fornecimentos e serviços externos	(53 187,52)	(22 927,68)
Provisões (aumentos/reduções)	136 727,08	(136 225,12)
Aumentos/reduções de justo valor	(203 842,53)	
Outros rendimentos - alienações/vencimentos		410 688,06
Outros rendimentos - juros	258 853,45	415 013,79
Resultado líquido do período	(133 357,07)	338 932,74

FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	181 000,00	181 000,00
	181 000,00	181 000,00
Ativo corrente		
Outras contas a receber	1 181,74	745,09
Caixa e depósitos bancários	62 860,82	82 698,04
	64 042,56	83 443,13
Total do Ativo	245 042,56	264 443,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	12 560,28	(50 789,22)
Resultados transitados	5 329,77	5 329,77
	17 890,05	(45 459,45)
Resultado líquido do período	4 701,90	63 349,50
Total do fundo de capital	22 591,95	17 890,05
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	205 424,37	228 530,73
Subsídio por Morte	11 135,84	13 375,15
	216 560,21	241 905,88
Passivo corrente		
Pensionistas	5 890,40	4 647,20
	5 890,40	4 647,20
Total do passivo	222 450,61	246 553,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	245 042,56	264 443,13

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Subsídios, doações e legados à exploração	10 000,00	80 000,00
Fornecimentos e serviços externos	(1 230,00)	(1 476,00)
Pensões	(30 843,20)	(33 033,60)
Subsídio por Morte	(2 493,99)	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	25 345,67	14 869,43
Juros obtidos	3 923,42	2 989,67
Resultado líquido do período	4 701,90	63 349,50

FUNDO NORBERTO LOPES

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	26,60	122,41
Caixa e depósitos bancários	38 029,10	37 642,61
Total do Ativo	38 055,70	37 765,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	37 193,10	36 902,59
Resultados transitados	571,92	571,92
	37 765,02	37 474,51
Resultado líquido do período	290,68	290,51
Total do fundo de capital	38 055,70	37 765,02
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	38 055,70	37 765,02

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Juros obtidos	290,68	290,51
Resultado líquido do período	290,68	290,51

D.

ANEXO

Casa da Imprensa – Associação Mutualista

1 — Identificação da Entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 — Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2017.

3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 — Outras políticas contabilísticas

3.2.1 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2017, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.

b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciables.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.3 – Investimentos financeiros

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tinha como premissa que os seus investimentos em obrigações eram para manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Havendo a garantia de capital na maturidade os títulos eram mensurados ao custo de aquisição, constituindo-se provisão pelo valor do prémio, para os títulos adquiridos acima do par; essa provisão era objeto de especialização até à maturidade. As únicas exceções a este princípio ocorriam quando os títulos entravam em incumprimento, sendo nesses casos constituída provisão entre o valor do custo e o valor de mercado. Nas aquisições abaixo do par a mais valia apenas era reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

A Entidade decidiu alterar as premissas dos seus investimentos do fundo autónomo FAS - Fundo de Ação Social, colocando o enfoque na dispersão do risco para a sua minimização, quer através da diminuição da exposição a cada emitente, quer reconvertendo obrigações em unidades de participação em fundos de investimento. Face a

esta alteração de premissa, a Entidade adotou os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período.

3.2.4 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.5 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 200 dias e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónimo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.8 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

3.2.9 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.10 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiaria (espaço de *co-work*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. Como determinam as regras contabilísticas, as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade e o critério adotado pela administração é o de promover uma avaliação externa dos seus imóveis, por perito qualificado e independente, em cada mandato dos órgãos sociais. A primeira ocorreu em 2014, a segunda ocorreu em 2017, por isso não houve qualquer avaliação em 2018 e, consequentemente, alteração no justo valor dos ativos.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Ativo Bruto					
	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	-	-	-	62 324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	3 131 000,00	-		-	-	3 131 000,00
Edifícios e outras construções	4 789 000,00			-		4 789 000,00
Equipamento básico	94 115,81	-	-	-	-	94 115,81
Equipamento administrativo	149 698,71	10 672,58	-	4 912,62	-	155 458,67
	<u>8 226 139,32</u>	<u>10 672,58</u>	<u>-</u>	<u>4 912,62</u>	<u>-</u>	<u>8 231 899,28</u>

	Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.		Saldo em 31/12/2018
Outros ativos fixos tangíveis	-	61 580,00	-			61 580,00
Edifícios e outras construções	83 622,72	2 448,44	-	-		86 071,16
Equipamento básico	114 884,55	12 317,16	4 912,62	-		122 289,09
Equipamento administrativo	198 507,27	76 345,60	4 912,62	-		269 940,25

As depreciações escrituradas nos períodos de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	Gastos com Depreciações	
	2018	2017
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	61 580,00	52 361,22
Equipamento básico	2 448,44	3 655,20
Equipamento administrativo	12 317,16	11 846,28
	<u>76 345,60</u>	<u>67 862,70</u>

5 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Ativo Bruto					
	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienação	Correcções e Transf.		Saldo em 31/12/2018
Programas de computador	48 359,85	-	2 900,52	-		45 459,33
	<u>48 359,85</u>	<u>-</u>	<u>2 900,52</u>	<u>-</u>		<u>45 459,33</u>
	Amortizações Acumuladas					
	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienação	Correcções e Transf.		Saldo em 31/12/2018
Programas de computador	48 069,43	102,50	2 900,52	-		45 271,41
	<u>48 069,43</u>	<u>102,50</u>	<u>2 900,52</u>	<u>-</u>		<u>45 271,41</u>

As amortizações escrituradas nos períodos de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	Gastos com Amortizações	
	2018	2017
Activos Intangíveis		
Programas de computador	102,50	17,08
	<u>102,50</u>	<u>17,08</u>

6 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

Inventários					
	Inventário em 31/12/2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	Inventário em 31/12/2018
Medalhas	7 725,79	-	-	-	7 725,79
Livros	12 734,66	-	(61,56)	(7,14)	12 665,96
	20 460,45	-	(61,56)	(7,14)	20 391,75
Custo dos inventários vendidos					7,14

7 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Prestação de serviços	529 164,17	502 021,41
Quotizações e joias	312 363,20	303 163,50
Credenciais e Senhas de consulta	67 403,46	65 239,05
Fundos	149 386,28	133 597,72
Vendas	11,23	21,14
Outros rendimentos e ganhos	197 858,64	186 180,70
Rendas	158 475,65	153 807,48
Cedência de salas	17 949,61	18 647,59
Consignação fiscal - IRS	13 881,05	13 079,69
Outros	7 552,33	645,94
Juros	10 261,73	8 349,26
Juros de depósitos	3 580,09	3 208,56
Juros de outras aplicações	6 681,64	5 140,70
	737 284,54	696 551,37

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2018 e 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Trabalhos especializados	10 781,70	8 740,05
Publicidade e propaganda	3 470,05	4 739,76
Honorários	27 348,50	24 626,50
Conservação e reparação	9 103,96	5 148,48
Outros	3 606,65	4 566,39
Materiais	6 004,32	5 790,81
Energia e fluidos	13 045,22	12 314,39
Deslocações, estadas e transportes	4 187,32	4 563,08
Comunicação	8 967,25	6 303,97
Seguros	3 705,78	3 677,01
Licenças	6 409,62	6 259,56
Despesas de representação	1 884,67	2 798,65
Limpeza, higiene e conforto	21 638,99	18 540,46
Outros serviços	7 661,45	6 383,00
	127 815,48	114 452,11

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

	2018	2017
Impostos	267,70	165,70
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	6 000,00	9 765,55
Bolsas de Estudo	5 250,00	3 750,00
Subsídio de Parentalidade	3 000,00	1 000,00
Subsídio por Morte/ITP por acidente	-	2 500,00
Internamento Hospitalar	105 988,92	97 468,01
Cuidados de Saúde Primários	195 682,55	193 213,64
Outros	2 998,06	12 558,35
	<u>319 187,23</u>	<u>320 421,25</u>

8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade. Durante o exercício foi determinada a suspensão da instância até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária. Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo.

Em virtude de as obrigações terem atingido a maturidade, no corrente exercício, sem se ter verificado o seu reembolso, foi reforçada a provisão constituída em 2015 para 100% do valor do investimento.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner Unipessoal, Lda., no valor de 1.456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos. Não foi constituída qualquer imparidade para o efeito, porque existe a expectativa de receber o montante em dívida.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas					
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de garantias	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2017
Capital por Morte	267 362,83	-	4 160,19	-	271 523,02
	267 362,83	-	4 160,19	-	271 523,02

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte

	Património Líquido	Provisões Matemáticas	Grau de cobertura
Capital por Morte	368 260,48	271 523,02	135,63%
	368 260,48	271 523,02	

9 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

	Valor atribuído	
	2018	2017
Benefícios prescritos	0,00	0,00
Subsídios e doações	4 883,00	16 080,41
	4 883,00	16 080,41

10 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Associados

	2018	2017
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	546,80	967,70
De 4 a 12 meses	1 494,10	1 179,70
Mais de 12 meses	194,94	57,70
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	1 494,50	412,52
De 4 a 12 meses	286,20	162,00
Mais de 12 meses	712,75	1 212,75
	4 729,29	3 992,37

Beneficiários

	2018	2017
Capital por morte		
Até 1 ano	3 000,00	3 000,00
De 2 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	3 000,00	3 000,00

10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Outros Ativos a receber

	2018	2017
Adiant. e outras operações com o pessoal	4 800,00	6 000,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	1 905,02	1 478,46
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	45 411,50	28 530,00
Fundos		
Fundo Autônomo de Subsídio Complementar	22 591,95	17 890,05
Fundo de Ação Social	14 843 807,34	14 974 512,38
Fundo Norberto Lopes	38 055,70	37 765,02
	<u>15 667 763,94</u>	<u>15 777 368,34</u>

Diferimentos

	2018	2017
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	3 146,52	3 120,46
	<u>3 146,52</u>	<u>3 120,46</u>

As rubricas de Fundos, desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:

Fundos

	2018	2017
Fundo Autônomo de Subsídio Complementar		
Depósitos à ordem e a prazo	62 860,82	82 698,04
Investimentos financeiros	181 000,00	181 000,00
Juros a Receber	1 181,74	745,09
Pensões a liquidar	-5 890,40	-4 647,20
Reservas Matemáticas	-216 560,21	-241 905,88
	<u>22 591,95</u>	<u>17 890,05</u>
Fundo de Ação Social		
Depósitos à ordem e a prazo	1 985 192,93	2 513 318,38
Investimentos financeiros	13 146 710,74	12 909 421,34
Perdas por imparidade	-391 121,21	-606 776,29
Juros a Receber	112 347,24	160 522,56
Encargos diferidos	9 028,14	16 452,31
Subsídios reembolsáveis	1 746,00	1 274,08
Movimento com CSP	-20 096,50	-19 700,00
	<u>14 843 807,34</u>	<u>14 974 512,38</u>
Fundo Norberto Lopes		
Depósitos à ordem e a prazo	38 029,10	37 642,61
Juros a Receber	26,60	122,41
	<u>38 055,70</u>	<u>37 765,02</u>

10.3 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos bancários

	2018	2017
Caixa	1 400,00	1 400,00
Depósitos à ordem	346 788,95	301 590,37
Depósitos a prazo	405 700,00	387 400,00
	<u>753 888,95</u>	<u>690 390,37</u>

10.4 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores gerais	10 217,96	12 021,00
Médicos e Entidades convencionadas	5 367,07	8 610,86
	<u>15 585,03</u>	<u>20 631,86</u>

As faturas em receção e conferência passam a ser apresentadas em fornecedores gerais em vez de outros credores.

10.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outros Passivos Correntes

	2018	2017
Pessoal		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	25 675,26	25 349,86
Outros acréscimos de gastos	8 927,55	8 364,00
Outros Credores	-	-
	<u>34 602,81</u>	<u>33 713,86</u>

Diferimentos

	2018	2017
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	23 586,65	22 521,58
Adicional de Publicidade	711 192,57	711 192,57
	<u>734 779,22</u>	<u>733 714,15</u>

11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 8 pessoas (igual a 2017).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	145 296,36	140 709,19
Encargos sobre Remunerações	32 913,51	31 883,74
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 492,96	1 393,66
Outros gastos com Pessoal	19 215,46	18 097,01
	<u>198 918,29</u>	<u>192 083,60</u>

Não houve alterações à titularidade do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	3
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>9</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

14 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2018
Fundos				
Capital por Morte	30 184,12	-	9 928,74	40 112,86
Cuidados de Saúde Primários	753 982,04	-	925,13	754 907,17
Solidariedade Associativa	64 820,61	-	12 060,89	76 881,50
Internamento Hospitalar	82 863,72	-	850,01	83 713,73
Reservas Legais	153 737,59	-	2 640,53	156 378,12
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	14 984 360,28	(133 357,07)	-	14 851 003,21
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	12 560,28	4 701,90	-	17 262,18
Fundo Norberto Lopes	37 193,10	290,68	-	37 483,78
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	3 167 999,36	-	-	3 167 999,36
Outras variações no capital próprio	62 324,80	-	-	62 324,80
Resultado líquido do exercício	26 405,30	15 631,11	(26 405,30)	15 631,11
	<u>23 799 757,66</u>	<u>(112 733,38)</u>	<u>-</u>	<u>23 687 024,28</u>

14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros - Modalidades

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2018
Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CSP	20 000,00	-	-	20 000,00
Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CPM	318 000,00	-	-	318 000,00
	<u>338 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>338 000,00</u>

Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Reclassificações	Abates e Alienações	Perdas/Ganhos por aumento/redução justo valor	Saldo em 31/12/2018
Obrig. Tesouro detidas até maturidade	975 542,50	-	(975 542,50)	-	-	-
Obrig. diversas detidas até maturidade	7 176 878,96	-	(4 626 329,75)	2 159 428,00	-	391 121,21
Obrig. Tesouro ao justo valor		-	975 542,50	-	111 577,50	1 087 120,00
Obrig. diversas ao justo valor		-	4 626 329,75		(18 588,60)	4 607 741,15
U.P. Fundos	4 756 999,88	2 600 559,93	-	-	(296 831,43)	7 060 728,38
	<u>12 909 421,34</u>	<u>2 600 559,93</u>	<u>-</u>	<u>2 159 428,00</u>	<u>(203 842,53)</u>	<u>13 146 710,74</u>

Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2018
Obrig. Tesouro detidas até maturidade	-	-	-	-
Obrig. diversas detidas até maturidade	606 776,29	88 366,01	304 021,09	391 121,21
	<u>606 776,29</u>	<u>88 366,01</u>	<u>304 021,09</u>	<u>391 121,21</u>

Investimentos Financeiros - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2018
Obrig. Tesouro detidas até maturidade	181 000,00	-	-	181 000,00
	<u>181 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>181 000,00</u>

14.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2018	2017
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	3 131,28	2 843,68
	<u>3 131,28</u>	<u>2 843,68</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	3 163,50	2 492,50
IVA - A Pagar	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	3 520,82	3 425,28
	<u>6 684,32</u>	<u>5 917,78</u>

Lisboa, 6 de março de 2019

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

E

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Nos termos da lei e dos Estatutos da CASA DA IMPRENSA, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2018.

De entre os indicadores de atividade do exercício de 2018, o Conselho Fiscal assinala o crescimento do número de associados da CASA DA IMPRENSA e da procura global de serviços de saúde, em especial dos que são providenciados pela rede AdvanceCare (crescimento de 25% das consultas nesta rede, correspondente a 2.633 consultas, exames e tratamentos) o que demonstra a crescente adesão dos associados à livre escolha do seu médico ou prestador de serviço de saúde. O ligeiro decréscimo do número de consultas na sede e na Delegação, bem como de consultas externas (com credencial), aconselha especial atenção à racionalização da oferta interna de consultas de especialidade.

O Conselho Fiscal regista positivamente que o crescimento da prestação de serviços de saúde aos associados tenha sido conseguido preservando o equilíbrio financeiro das modalidades de Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar, que encerraram o exercício com resultados positivos e superiores aos do exercício anterior, num ano de transição entre o atual Regulamento de Benefícios e o novo regime que deverá ser aplicado até ao final de 2019. Em termos globais os diversos fundos mutualistas, que suportam a Solidariedade Associativa, a Saúde – os já referidos Cuidados Primários e Internamento Hospitalar – e o Capital Pagável por Morte, registaram uma valorização de 2,3%.

Em sentido contrário, o Conselho Fiscal vê com preocupação a desvalorização dos fundos autónomos geridos pela CASA DA IMPRENSA, sobretudo do Fundo

de Ação Social. Tendo dado parecer favorável à proposta do Conselho de Administração de recurso a aconselhamento externo para a gestão destes fundos, e embora reconheça a conjuntura desfavorável dos mercados financeiros em 2018 e o impacto da alteração das regras de registo contabilístico da valorização do fundos, o Conselho Fiscal recomenda contudo ao Conselho de Administração uma especial atenção a esta matéria, para aferir se as decisões tomadas com o objetivo de diversificar a carteira e reduzir o risco, que começaram a ser aplicadas no final de 2017, estão a produzir o efeito desejado, não deixando obviamente de considerar que o relevante, na gestão do Fundo, são os resultados de médio e longo prazo, que foram positivos nos últimos 10 anos.

O Conselho Fiscal assinala ainda que o novo paradigma de taxas de juro e rendimentos baixos nos mercados financeiros torna ainda mais exigente a tarefa de, assegurando uma exposição ao risco baixa, manter a tendência de forte capitalização do Fundo de Ação Social dos últimos anos. Neste cenário, continuará a ser importante, como tem acontecido até aqui, não ceder à tentação de procura de maiores rendimentos por via de uma maior exposição ao risco, de todo indesejável dadas as características do Fundo de Ação Social.

Finalmente, o Conselho Fiscal assinala que o decréscimo de 40,8% do resultado líquido do exercício para 15.631,11 euros se encontra em linha com o Orçamento apresentado pelo Conselho de Administração para o ano de 2018, ainda assim com um desvio positivo face ao orçamentado que apraz registar. Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2018.

Lisboa, 20 de março de 2019

Helena Garrido (Presidente)

Luísa Bessa Coelho (Relatora)

Sérgio Anibal (Secretário)



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa
Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto
Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10
E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30